



Presidência da República
Secretaria Geral

Secretaria Nacional de Juventude

Balanço da Gestão 2013

Brasília, dezembro de 2013.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Michel Temer

Vice-Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe

Diogo de Sant'Ana

Secretário Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo

Secretária Nacional de Juventude

Ângela Cristina Santos Guimarães

Secretária Adjunta

Francisco Rodrigo Josino Amaral

Chefe de Gabinete

Murilo Amatneeks

Secretário-Executivo do CONJUVE

Elisa Guaraná de Castro

Coordenadora-Geral de Políticas Transversais

Fernanda de Carvalho Papa

Coordenadora-Geral de Relações Institucionais

Helena Wendel Abramo

Coordenadora-Geral de Políticas Setoriais

Sumário

Apresentação	4
Estatuto da Juventude	5
Plano Juventude Viva	7
Estação Juventude	11
Participatório – o Observatório Participativo da Juventude	15
Juventude Rural	25
Jovens Mulheres	32
Juventude dos Povos e Comunidades Tradicionais e Juventude Indígena	35
Assessoria Internacional	36
Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente	43
Comitê Interministerial da Política de Juventude	47
Comunicação	50
Conselho Nacional de Juventude	52

Apresentação

O ano de 2013 foi marcado pelas manifestações de rua, pela efervescência da juventude num processo que culminou na ampliação do diálogo direto com o governo. As demandas variaram nas diferentes regiões do país, mas mais e melhor transporte urbano, educação, saúde foram algumas dessas reivindicações, bem como a preocupação com a violência que mata uma parcela importante da nossa juventude negra. As políticas públicas estão no centro das respostas desejadas por esses jovens do poder público.

O crescimento do tema juventude na agenda pública, especialmente a partir das manifestações de junho, os rolezinhos e o crescente debate do tema da violência, contribuiu para a aproximação direta da Presidenta da República e os movimentos e organizações juvenis, materializados em 3 reuniões da Presidenta Dilma com um conjunto de organizações, desde a associação dos rolezinhos, o MPL até as centrais sindicais, movimentos rurais, estudantil, juventudes partidárias, redes e fóruns. Inovando na forma de promoção do diálogo entre governo e a juventude a SNJ lançou em 17 de julho de 2014 o **Participatório – o Observatório Participativo da Juventude**.

Sem dúvida a grande conquista de 2013, e grande destaque da ação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi a votação, no Senado e na Câmara Federal, e a sanção do **Estatuto da Juventude** por parte da presidenta Dilma Rousseff, em resposta a uma luta de quase 10 anos. Também registramos, no campo da Institucionalidade das Políticas Públicas de Juventude, a Portaria de indicação dos representantes do **Comitê Interministerial das PPJ**, publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2013.

Internamente a equipe da SNJ demonstrou um grande amadurecimento no desempenho profissional e político de suas funções. As áreas específicas, em suas ações, incorporaram o sentido de continuidade de processos, desde a realização das atividades até as respostas às demandas da juventude para atualizar as pautas das políticas públicas de juventude como política de Estado, sendo este o nosso maior desafio. Em 2013 vários eixos nortearam as ações da SNJ com destaques para as áreas de atuação da Secretaria, como veremos a seguir.

Estatuto da Juventude

Instituído pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude decorre de luta histórica dos movimentos de juventude organizados e representa o primeiro marco legal brasileiro específico a reconhecer as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos como sujeitos de direitos. A Secretaria Nacional de Juventude e o CONJUVE atuaram de forma direta e intensa para sua aprovação, tanto por meio de negociação no congresso quanto pela mobilização para o fortalecimento da agenda. A legislação dispõe, dentre outras coisas, sobre os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

O estatuto define, por exemplo, dois benefícios diretos: os descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda e a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda. Ao todo, são 11 os direitos previstos no estatuto:

- Direito à diversidade e à igualdade;
- Direito ao desporto e ao lazer;
- Direito à comunicação e à liberdade de expressão;
- Direito à cultura;
- Direito ao território e à mobilidade;
- Direito à segurança pública e ao acesso à justiça;
- Direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil;
- Direito à profissionalização, ao trabalho e à renda;
- Direito à saúde;
- Direito à educação;
- Direito à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Com sua entrada em vigor em fevereiro do ano corrente, uma série de direitos foi assegurada aos cidadãos jovens de acordo com as suas especificidades. Ante os direitos garantidos pelo Estatuto da Juventude, merecem destaque os benefícios diretos fixados nos artigos 32 e 23, respectivamente, descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda¹, e meia-entrada² em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda.

¹ Lei nº 12.852/2013, art. 32. (*grifos nossos*):

No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I - **a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas** por veículo para jovens de baixa renda;

Diante da declaração positiva de direito trazida pela Lei, observa-se necessária a criação de dispositivo que assegure ao jovem beneficiário, em particular o de baixa renda, o usufruto dos benefícios previstos e, ao mesmo tempo, sirva como identidade passível de conferência de autenticidade por parte dos estabelecimentos comerciais, culturais, esportivos, e empresas de transporte interestaduais, atrelados à concessão dos benefícios. Acrescentando-se, assim, segurança no momento da concessão dos benefícios e reduzindo a possibilidade de fraudes.

II - **a reserva de 2 (duas) vagas por veículo com desconto de 50% (cinquenta por cento)**, no mínimo, no valor das passagens, para os jovens de baixa renda, a serem utilizadas após esgotadas as vagas previstas no inciso I.

Parágrafo único. Os procedimentos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II serão definidos em regulamento.

²Lei nº 12.852/2013, art. 23. (*grifos nossos*):

É assegurado aos jovens de até 29 (vinte e nove) anos pertencentes a famílias de baixa renda e aos estudantes, na forma do regulamento, o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, **mediante pagamento da metade do preço do ingresso cobrado** do público em geral.

§1º Terão direito ao benefício previsto no caput os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que comprovem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil - CIE.

(...)

§3º É garantida a **gratuidade na expedição da CIE** para **estudantes pertencentes a famílias de baixa renda**, nos termos do regulamento.

(...)

§9º Considera-se de **baixa renda**, para os fins do disposto no caput, a **família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal** - CadÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos.

§10 A concessão do benefício da meia-entrada de que trata o caput é limitada a 40% (quarenta por cento) do total de ingressos disponíveis para cada evento.

Plano Juventude Viva



O Plano Juventude Viva contou com a incorporação de três novos Ministérios que uniram-se à sua estratégia: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Atualmente o Plano reúne 34 programas e articula ações conjuntas com os Ministérios da Cultura, Educação, Esporte, Justiça, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, totalizando 11 Ministérios.



Até o final de 2013 o Plano Juventude Viva foi lançado nos seguintes estados:

- Alagoas (Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro e União dos Palmares);
- Paraíba (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Patos);
- Distrito Federal e região integrada de desenvolvimento do entorno (RIDE) – Brasília, Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas, Novo Gama, Formosa e Santo Antônio do Descoberto;

- Bahia (com destaque inicial para os municípios da região metropolitana de Salvador);
- São Paulo capital e Osasco.

Além desses lançamentos, houve cerca de 150 pedidos de adesões voluntárias por parte de outros municípios, dos quais 51 estão entre os 142 municípios prioritários, a exemplo de Aracaju (SE), Guarulhos (SP), Uberlândia (MG), Teresina (PI), Itaboraí (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Nova Iguaçu (RJ) e Volta Redonda (RJ).



Somando os anúncios já realizados nos lançamentos do Plano, há uma possibilidade de que os estados e municípios acessem recursos que podem chegar, até o final de 2014, ao montante de R\$ 453.910.000,00. Tal número não significa investimento imediato do governo federal, mas é o cálculo do que poderá ser investido, caso os parceiros locais (estados e municípios) acessem, por meio de editais de adesão, determinados programas, oferecidos em grande parte por meio do Juventude Viva.

Outro aspecto a ser destacado no âmbito do Plano é a pontuação diferenciada para municípios/estados prioritários em editais importantes no âmbito dos Ministérios parceiros. Os Programas Estação Juventude, Projovem, Saúde na Escola, Pronatec, Mais Educação, Protejo e Mulheres da Paz, Edital Vivajovem.com, Pontões de Cultura, Núcleos de Formação de Agentes Culturais Jovens Negros (Fundação Palmares), Programa Esporte e Lazer na Cidade são alguns exemplos dos programas onde já há uma pontuação diferenciada para os municípios priorizados pelo Plano Juventude Viva.

A Rede Juventude Viva, atualmente com 3 mil cadastros de pessoas físicas e entidades, começou a ser estruturada como um espaço interativo de promoção da participação, produção de conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, voltado para grupos juvenis e entidades atuantes pelos direitos da juventude, na prevenção contra a violência e enfrentamento ao racismo, nos estados e municípios prioritizados.

A Secretaria Nacional de Juventude também realizou, no final de 2013, a segunda etapa da campanha Juventude Viva, com inserção gratuita de novo filme, em diversos canais de televisão, e veiculação de cartazes e banners em mobiliário urbano, linhas de ônibus, internet e rádios, na maior parte dos municípios prioritários dos estados onde o Plano já foi lançado.

Está em curso, desde março de 2013, o Projeto Articulação Nacional Juventude Viva, fruto da parceria da SNJ com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que conta com equipe de 10 articuladores regionais em estados prioritários, a saber: Distrito Federal, Bahia, São Paulo, Paraíba, Alagoas e Espírito Santo. Os articuladores são responsáveis por atuar junto aos poderes públicos e à sociedade civil local e terão sua ação ampliada em 2014.

No âmbito parlamentar vale destacar a continuidade da mobilização pela aprovação do PL 4471/2012, que em 2013 contou com o apoio de personalidades políticas, da sociedade civil e meio artístico, ministros e ministras, prefeitos e prefeitas, deputados (as) e senadores (as), que se somaram a centenas de militantes sociais nesta frente em defesa da vida da juventude negra. A expectativa é que o PL 4471/2012, que prevê entre outras medidas a obrigatoriedade de investigação para homicídios causados por agentes de segurança do Estado em casos de autos de resistência, caso seja aprovado no primeiro semestre de 2014.

Com o sistema de justiça foi assinado *Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência*, entre Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e

Governo Federal, com o objetivo de promover ações para redução das barreiras de acesso à justiça para jovens negros em situação de violência.

Outro destaque em 2013 foi a mensagem da presidenta Dilma, durante a sanção do Estatuto da Juventude, reconhecendo que o principal problema da juventude brasileira hoje é a violência contra a juventude negra e pobre, e indicando que este tema seja prioritário nas ações para juventude.

Estação Juventude



No PPA 2012/2015 – (Plano Plurianual do Governo federal), a SNJ assume nova responsabilidade, por meio do Programa 2044 – Autonomia e Emancipação da Juventude, que é composto por 4 objetivos e 29 metas. No decorrer de cada ano é feito o monitoramento à realização dos objetivos e metas estabelecidas para concretizar ações para melhorias na vida da juventude. Exemplo: O Programa Estação Juventude consta no PPA 2012-2015 como um programa “voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento”. A meta inicialmente definida era a de implantar 150 unidades do programa Estação Juventude até 2014.

Para o ano de 2013, os destaques do Programa Estação Juventude constam das seguintes estratégias de ações:

1- Formulação dos instrumentos do Programa

O primeiro semestre de 2013 foi dedicado à produção dos instrumentos conceituais e operacionais do programa, para uso dos gestores locais, com a cooperação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Dessas parcerias resultaram os seguintes produtos:

a) A parceria com a UFPR resultou na primeira versão da Plataforma para a Central de Informações, que contou com pós testes e reformulações e encontra-se em fase final de desenho – (interface com o usuário – geração de relatórios). Concomitantemente,

foram coletadas informações referentes a programas do governo federal, junto a diversos Ministérios, que deu origem a um banco inicial de dados, com cerca de 70 programas e ações. Um teste piloto de alimentação das informações locais foi realizado com a equipe do Programa Estação Juventude da cidade de Sete Lagoas (MG).

b) Junto à UFBA, encontra-se em elaboração uma publicação, com textos que traduzem os conceitos fundamentais que estruturam as diretrizes do programa Estação Juventude. Os textos compõem um substrato importante para a consolidação de uma perspectiva de desenvolvimento de política pública com a juventude. O conteúdo foi produzido por uma rede de especialistas em diálogo com a SNJ. A Comissão Editorial da Secretaria-Geral/PR indicou a possibilidade de uma tiragem mais ampla, para envio aos entes federados interessados no tema, mesmo que não estejam conveniados com o programa. Além da impressão em papel, o material ficará disponível em formato eletrônico no site da SNJ (www.juventude.gov.br) e no Participatório (www.participatorio.juventude.gov.br).

c) Ainda em cooperação com a UFBA, estão sendo elaborados os guias de orientação para os gestores, que contêm definições operacionais e uma orientação quanto ao “modo de fazer” de cada uma das sete linhas essenciais do programa: o caráter público do equipamento; o mapeamento do território; a central de informações; a oficina de percursos; os compromissos de autonomia; a rede de apoio para a emancipação dos jovens; mobilização e participação.

2- Implantação das EJs (Estação Juventude) nos territórios:

A primeira edição em 2012, realizada por meio de editais, e após o repasse dos recursos financeiros para os municípios, aconteceu uma oficina de alinhamento dos objetivos e diretrizes do programa junto aos coordenadores municipais e estaduais. A oficina foi realizada em março de 2013 e resultou na revisão de algumas ações e estratégias do plano de trabalho dos gestores locais, com reajustes no cronograma previsto.

Uma primeira ação de monitoramento pelos gestores locais no processo de implantação das unidades de Estação Juventude foi realizada em junho/2013. O

levantamento de informações sobre o processo de implantação das unidades nos territórios identificou algumas dificuldades recorrentes: a contratação da equipe, aquisição de veículo no caso das itinerantes, o depósito de contrapartida, preparação dos espaços para o funcionamento do programa e estruturação da rede local necessária ao atendimento.

Também se revelaram difíceis para alguns gestores a realização de um diagnóstico mais detalhado do território de atuação e a definição das ações específicas de cada território. Neste sentido, tornou-se evidente a necessidade de apoio e monitoramento contínuo aos gestores locais, por parte da coordenação nacional do programa, com a subsequente introdução de ações e revisão do cronograma inicialmente planejado: para este fim, aumentamos o número de ações de alinhamento e monitoramento para acompanhar a implementação das unidades do Estação Juventude nos estados e municípios. A SNJ investiu na construção de instrumentos e eventos de capacitação, com o apoio das universidades com quem foi estabelecida relação de cooperação para esses fins, a UFBA e a UFPR.

3- Expansão do programa: Edital 2013

A expansão do programa desenvolveu-se por meio de um novo edital. A estratégia adotada foi a de abrir o programa para seleção de municípios e estados interessados para serem conveniados em 2013 e 2014, respeitando-se os limites orçamentários. Foram realizadas várias ações de esclarecimento e orientação sobre o edital com o apoio do Participatório. Muitas dúvidas foram esclarecidas via email (foram respondidas cerca de 3 mil perguntas). A SNJ recebeu a Frente Nacional de Prefeitos e a Confederação Nacional de Municípios, apresentando-lhes o programa e esclarecendo as dúvidas sobre o edital. A divulgação por ocasião do edital deu uma nova visibilidade ao programa e a possibilidade de clarear seu caráter para um maior número de parceiros potenciais, a fim de melhorar a qualidade dos projetos inscritos.

Foram inscritos cerca de 800 projetos, dos quais cerca de 500 foram considerados válidos e analisados pela Comissão de Seleção. Desses, 160 foram classificados. Com o orçamento de 2013 destinado ao programa, foram assinados 42 convênios para a implantação de 32 Estações Complementares, com municípios, e 10 Itinerantes, com

estados. Essas unidades devem iniciar o processo de implantação ainda no primeiro semestre de 2014.

A Coordenação de Políticas Transversais articula e coordena as seguintes áreas na SNJ: Participatório – Observatório Participativo da Juventude; Juventude Rural e Jovens Mulheres.

Participatório – o Observatório Participativo da Juventude



A efetiva participação dos jovens na construção da Política Nacional de Juventude passa pela capacidade do Governo de ampliar e qualificar os canais de comunicação e potencializar o diálogo com os movimentos sociais e a sociedade, as relações interministeriais, parlamentares e com outras esferas de governo e, especialmente, com a juventude brasileira. A aposta da Secretaria Nacional de Juventude foi a criação de uma plataforma que fosse simultaneamente um espaço para participação e comunicação e um espaço para produção de conhecimento, ao estilo de um observatório.

A internet tem sido um poderoso e eficiente instrumento de disseminação de informações e oferece espaço para criação de comunidades virtuais, onde pessoas com interesses comuns se relacionam: comunicam-se, produzem e disseminam informações e conhecimento.



Debate com Jovens Durante Conferência Nacional do Meio Ambiente

O *Participatório, Observatório Participativo da Juventude* é uma plataforma virtual, desenvolvida em software livre. Configura-se como um ambiente público voltado à produção colaborativa de conhecimento. Propõe-se que cada membro tenha livre acesso a todos os ambientes e possa divulgar e compartilhar informações. É assim que

o *Participatório* se coloca como instrumento para articular três grandes objetivos da Secretaria Nacional de Juventude: produzir conhecimento em rede; promover a participação em ambientes virtuais; mobilizar e disputar valores da juventude.

As recentes manifestações evidenciaram o potencial da internet e das redes sociais para mobilizar e canalizar demandas da sociedade, em particular da juventude. Esta nova conjuntura antecipou o lançamento da plataforma do *Participatório*, em função do entendimento de que no momento era necessário um espaço direto de interlocução entre os jovens e a Secretaria Nacional de Juventude e os temas que estavam mobilizando a sociedade.

A plataforma foi lançada em 17/07/13, em cerimônia que contou com a presença do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e da secretária nacional de Juventude, Severine Macedo, além dos representantes das Universidades parceiras: UFRJ e UFPR.

No evento de lançamento participaram cerca de 200 pessoas, entre convidados, membros do governo e da mídia. O evento foi transmitido ao vivo e teve 2371 acessos. A plataforma obteve uma boa repercussão na mídia e na primeira semana havia mais de 5.000 usuários registrados.



Cerimônia de Lançamento do Participatório

No dia 5 de agosto, na sanção do Estatuto da Juventude, a presidenta Dilma Rousseff mencionou e elogiou o *Participatório*, afirmando que iria se inscrever na plataforma. Nesse mesmo dia foi publicada a portaria que regulamenta seu funcionamento.

O *Participat3rio* foi a primeira a33o efetiva de participa33o digital lan33ada pelo governo federal, antecipando-se a iniciativas como o Gabinete Digital e o Participa.br. Isso proporcionou uma grande visibilidade na m3dia, al3m de ter gerado diversas expectativas dentro do pr3prio governo, sobre a rea33o do grande p3blico.

Ao longo dos 3ltimos seis meses de 2013 foram realizadas diversas atividades na plataforma, que articulavam a33es presenciais com a divulga33o e mobiliza33o *online*. Foram transmiss33es ao vivo de semin3rios, debates e oficinas, organizados por movimentos sociais e pelo governo. Simultaneamente, havia todo um trabalho de narra33o e cobertura fotogr3fica dos eventos, disseminando-os nas redes sociais. Ao final do ano, tivemos uma edi33o brasileira da Escola Most, um espa3o de forma33o com uma semana de dura33o, que contou com participantes presenciais e virtuais, selecionados por edital.

No dia 8 de agosto 2013, aconteceu o lan3amento do Relat3rio Parcial da Pesquisa *Agenda Juventude Brasil: Perfil e opini3o de Jovens Brasileiros 2013*. O momento pol3tico com foco na pauta da Juventude tamb3m contribuiu para maior visibilidade aos dados da rec3m-lan3ada pesquisa.



Da direita para esquerda: 1. POSTV na rua, debatendo Reforma Política e Juventude; 2. Hang-out para debate do filme “Renascimento do Parto”; 3. Visita ao Jovem de Expressão em Ceilândia, durante Escola Most; 4. Lançamento Relatório Parcial Pesquisa Agenda Juventude Brasil.

Além dessas atividades, os principais debates que aconteceram na plataforma foram temas de matérias no Blog do Participatório, na tentativa de dialogar com as questões levantadas pelos jovens.

Esse leque de ações nos permitiu elaborar e aperfeiçoar diversas metodologias para participação social associada à tecnologia. Estas experiências precisam ainda ser sistematizadas, mas apontam os caminhos da inovação que desejamos aprofundar com o *Participatório*.

Participatório - principais ações realizadas - 2013

Eixo 1: Produzir Conhecimento em rede

1. Lançamento da Agenda Juventude Brasil: Pesquisa sobre Perfil e opinião de Jovens Brasileiros 2013 (relatório parcial):

A Pesquisa Agenda Juventude Brasil é uma pesquisa de opinião de caráter nacional que busca levantar as questões da juventude brasileira de forma ampla, de modo a possibilitar a análise e reflexão sobre perfil, demandas e formas de participação da juventude brasileira. A ideia é subsidiar a elaboração de políticas públicas pensadas de forma integrada, a partir do universo juvenil.

A pesquisa contou com o apoio da Unesco Brasil e foi desenvolvida por um conjunto de consultoras, aplicada entre abril e maio de 2013, com a coordenação geral de Gustavo Venturi.

Foram ouvidos 3,3 mil jovens, com idade entre 15 e 29 anos, em 187 municípios, incluindo capitais, interior, áreas urbanas e rurais, nos 27 estados brasileiros.

No Brasil, uma primeira pesquisa desse tipo foi realizada em 2003, denominada “Perfil da Juventude Brasileira” e realizada pelo “Projeto Juventude” do Instituto de Cidadania. Após essa iniciativa, outras pesquisas deram continuidade ao processo de aprofundamento da compreensão da juventude enquanto alvo de políticas públicas.

São elas: “Juventudes Brasileiras”, realizada em 2004 pela Unesco, e Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional, realizada em 2008, pelo Ibase e Instituto Pólis.

A Secretaria Nacional da Juventude, nessa mesma linha, desenvolve um novo estudo com o intuito de não apenas traçar o perfil da atual juventude brasileira, mas principalmente de acompanhar as tendências de comportamento e a opinião dos jovens, identificar as demandas por políticas públicas e verificar oscilações de algumas respostas.

Relatório Parcial Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01.2013>

2. Estruturação do Centro de Documentação e Biblioteca Digital

Nosso objetivo é reunir em um único local a produção bibliográfica da SNJ e do Conjuve para ampliar a visibilidade destas instituições e dos seus funcionários, consultores, pesquisadores, técnicos, bem como o impacto do desenvolvimento das ações, além da preservação da memória institucional e intelectual, nos temas das políticas públicas de juventude e áreas afins. Avançamos na análise, classificação e início de catalogação dos nossos acervos físico e digital, mas falta ainda um espaço físico adequado para a consulta. Para 2014, esperamos inaugurar para consulta e visitação o nosso Centro de Documentação e Pesquisa sobre Juventude e Políticas Públicas (CEDOC-PPJ) e publicizar a Biblioteca Digital.

3. Escola Regional Most - Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe

A Escola Regional Most é uma iniciativa do Programa de Gestão das Transformações Sociais da Unesco (Most, em inglês) que teve início em 2003. A edição brasileira da Escola Most é a primeira ação de formação proposta pelo *Participatório* e poderá servir como uma referência para se pensar as próximas ações de formação da SNJ/SG-PR.

Elaborou-se uma proposta ancorada nos objetivos estratégicos do *Participatório* e SNJ/SG-PR, para incluir representantes de movimentos sociais de juventude, membros do Conjuve e pesquisadores de Observatórios de Juventude, vinculados às

universidades e ONGs da América Latina e Caribe para que eles pudessem também compor o grupo de participantes.

Por meio de um edital de seleção, a Escola selecionou seus participantes, tanto presenciais como virtuais. Obtivemos 174 inscritos para 40 vagas presenciais. Já o edital virtual obteve 117 inscritos para 20 vagas.

No período de 13 a 18 de dezembro, jovens de 11 países da América Latina e Caribe discutiram temáticas relacionadas a políticas públicas de juventude, desenvolvimento e participação social. Os participantes virtuais acompanharam toda a programação por meio de transmissões ao vivo na plataforma do *Participatório* e debates virtuais orientados.

4. Publicações

Existe uma série de publicações previstas e estamos desenvolvendo uma proposta editorial para a SNJ. A primeira versão foi desenvolvida por uma consultoria e agora está em fase de ajustes.

No ano de 2013 preparamos a publicação *Agenda Juventude Brasil – Relatório Preliminar*. Já disponível em formato eletrônico e em fase de impressão. Estão em andamento publicações sobre juventude rural, jovens mulheres, o relatório final da *Pesquisa Agenda Juventude Brasil*, bem como uma versão em linguagem mais direta, entre outras.

5. Rede de Observatórios

O *Participatório* propõe fortalecer redes de pesquisadores, núcleos e observatórios que tenham a juventude como foco de estudos. Com esse intuito organizou no âmbito da Escola Most um encontro de observatórios de juventude. No ano de 2014 estaremos fortalecendo essa rede.

6. Produção e divulgação de dados

Como uma das atividades mais importantes da plataforma virtual espera-se ampliar o acesso dos jovens, de pesquisadores, gestores e público em geral sobre a realidade da juventude brasileira. Para isso, está prevista uma base de dados acessível na plataforma que disponibilize dados estatísticos de forma dinâmica. Para efetivar esse objetivo estão sendo traçadas parcerias com o IPEA e IBGE.

7. Estação Juventude no Participatório

O Participatório e o Estação Juventude estarão integrados em uma central de informações sobre políticas públicas de juventude. Em fase final de desenvolvimento a proposta é que seja de fácil manuseio e dinâmica. A central será alimentada pela SNJ no que concerne às políticas federais e pelos estados e municípios coexecutores do Estação Juventude. Espera-se que não apenas os municípios e estados venham aderir à central de informações, mas que a adesão voluntária amplie as informações disponibilizadas e a visibilidade das PPJs no Brasil.

Eixo 2: Promover a participação virtual

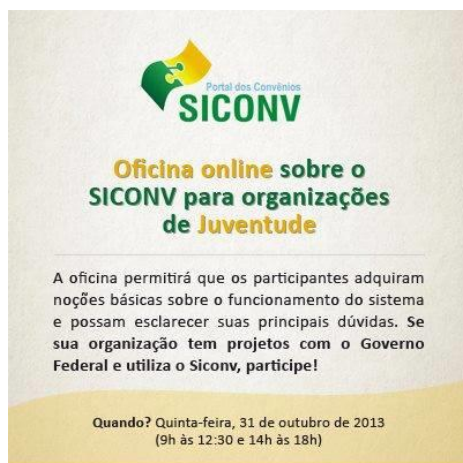
1. Consulta Pública sobre Sinajuve

O Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) surge como demanda do Estatuto da Juventude, sancionado em 5 de agosto de 2013 pela presidenta Dilma Rousseff. A partir disso, jovens que fazem parte do *Participatório* da Juventude puderam contribuir na construção do texto do Sistema através da internet.

De setembro a dezembro de 2013, os usuários do *Participatório* foram convocados para lançarem suas contribuições. Os artigos do Sinajuve ficaram disponíveis para ser comentados e incrementados pela juventude brasileira. Essa foi a primeira experiência de consulta pública na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Em seguida, todo o texto apurado foi enviado ao Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv).

Para construir o Sinajuve, foram realizados encontros com gestores e conselheiros de juventude, articuladas a contribuição livre dos jovens que acessam o *Participatório*. As contribuições foram diversas, desde as demandas mais simples às mais estratégicas.

O Participatório também atua de forma direta na capacitação de gestores e jovens da sociedade civil por meio de parcerias para a promoção de oficinas virtuais, como o tira dúvidas para o edital estação Juventude e a Oficina de Capacitação para o Siconv.



Eixo 3: Mobilizar e disputar valores da juventude

Foram transmitidos diversos eventos ao vivo via *Participatório*, que proporcionaram a geração contínua de debates dentro do *Participatório* e uma interessante interação entre público presencial e internautas:

1. Lançamento do *Participatório*, com presença do ministro Gilberto Carvalho;
2. Debate sobre Participação da Juventude, com Severine Macedo;
3. Encontro das Juventude, organizado pelo Observatório Capixaba de Juventude em Vitória-ES;
4. POSTV, debate ao vivo na rua, com representantes de movimentos sociais e do governo, debatendo Reforma Política e Juventude;
5. Produção e transmissão ao vivo do evento Oficina sobre Sistema de Convênios (SICONV), promovida pela Agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC);
6. Transmissão ao vivo do evento Lançamento Pesquisa Agenda Juventude Brasil;
7. Transmissão ao vivo do Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico (Consegi);
8. Transmissão ao vivo do Debate sobre Dados Abertos (MPOG);
9. Transmissão ao vivo do evento Diálogos Governo-Sociedade Civil: Participação Social;
10. Transmissão ao vivo do evento Diálogos Governo-Sociedade Civil: Mais Médicos;
11. Transmissão ao vivo do evento Encontro Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Juventude;
12. Divulgação do lançamento Juventude Viva no Estado da Paraíba;

13. Hangout sobre filme “Renascimento do Parto”, com mais de 400 acessos simultâneos e 600 postagens;
14. Produção e transmissão ao vivo do evento Debate “#nósnomeio”, com presença da ministra Izabella Teixeira;
15. Oficinas de mobilização de redes de midiativismo em São Paulo e no Rio de Janeiro, em parceria com UFRJ;
16. Transmissão ao vivo do evento Debate sobre Sinajuve em parceria com Coordenadoria de Juventude de São Paulo e Conjuve;
17. Transmissão ao vivo do evento Diálogos com a Juventude Rural;
18. Transmissão ao vivo da Oficina on-line sobre Sinconv para organizações de juventude;
19. Transmissão ao vivo do evento Seminário Juventude, Direitos Humanos e Televisão, organizado pela rede Viração;
20. Transmissão ao vivo e organização de oficinas na Feira ONG Brasil;
21. Transmissão ao vivo da Bienal de Jovens Criadores da CPLP;
22. Participação em debates na Oficina de Inclusão Digital;
23. Produção e transmissão ao vivo com debates virtuais orientados da Escola Regional Most - Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe.

Participatório em Números³

Dados da Plataforma	
Usuários ativos	10.646
Comunidades abertas	618
Tópicos em debate	799
Vídeos hospedados	148
Mensagens trocadas entre os usuários	24.996
Arquivos carregados (fotos e documentos)	444
Blogs	2.469

Presença em outras redes sociais	
Curtidas no perfil <i>Participatório</i> no Facebook	4.257
Alcance das postagens do perfil <i>Participatório</i> no Facebook	8.304
Seguidores no perfil <i>Participatório</i> no Twitter	659
Vizualizações no You Tube do <i>Participatório</i>	7.673

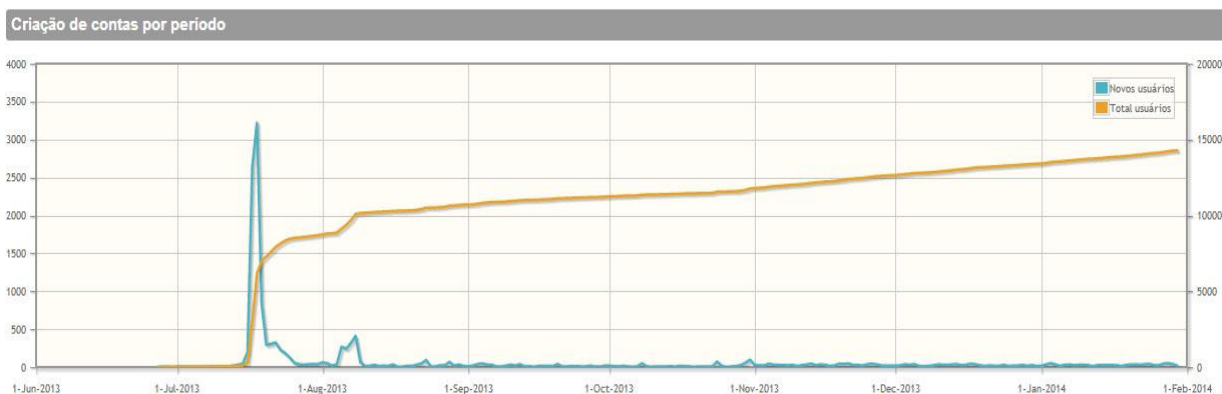
³ Informações atualizadas em 30/01/2014.

Ranking Comunidades com mais usuários	
1. Brasileiros contra a corrupção	946 membros
2. Reforma Política	788 membros
3. Educação em Debate	491 membros
4. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	444 membros
5. Mudanças que o país precisa	390 membros
6. Transmissões do <i>Participatório</i>	288 membros
7. Esquerda Brasil	278 membros
8. Fora Dilma, fora PT não Lula	260 membros
9. Política e Participação Social	224 membros
10. Brasil sem corrupção	204 membros

Ranking dos Debates com mais usuários		
Debate	Comunidade	Interações
1. Oficina de aprimoramento do Siconv	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	121
2. Estatização dos transportes públicos sim/não e por quê?	Esquerda no Brasil	95
3. Bolsa Família, qual sua opinião?	Reforma Política (<i>Participatório</i>)	95
4. Redução da maioria penal	Mudanças que o país precisa	75
5. O que vocês acham sobre as cotas nas universidades públicas	Educação no Brasil	51

Fale Conosco e Denúncias de usuários	
Total de Contatos	301
1. Reporte de erro na plataforma virtual	35
2. Solicitação de ajuda para o uso	61
3. Outra	18
4. Sugestão	51
5. Reclamação	33
6. Denúncia	44

Fluxo de Criação de Contas





Na perspectiva de promover ações que possam garantir qualidade de vida no espaço rural para a juventude – que fortaleçam a autonomia e emancipação da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais –, a Secretaria Nacional de Juventude vem somando esforços para integrar políticas já existentes e ampliar o acesso da juventude, potencializando as iniciativas da juventude rural. Criando e facilitando condições de sua permanência e sucessão rural, com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis para juventude como direito.

Apesar do esforço e das muitas idas e vindas, consideramos que a pauta obteve maior visibilidade, especialmente no ano de 2013. No diálogo com os movimentos sociais, por meio do Grupo de Trabalho Juventude Rural, a nova diretriz do **Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural** foi bem recebida na prévia realizada em 19 de agosto para apresentar as ações e discutir os próximos passos.

Principais Ações Realizadas

Recebimento das pautas dos Movimentos Sociais

Esse esforço vem sendo construído desde o ano de 2011, com o **recebimento das pautas dos movimentos sociais**: Contag; Fetraf; Via Campesina; MST; MMC; MAB; PJR e MPA, e por meio da 2ª Conferência Nacional de Juventude, quando ocorreram mais de 1500 conferências municipais, regionais e territoriais, com articulação nas Comunidades e Povos Tradicionais, o que oportunizou 2 (duas) resoluções da Conferência (Capacitação e Geração de Renda e Educação do Campo).

Como marco importante para o início de resposta às demandas apresentadas foi proposta uma ação no PPA, focada em formação e fomento para a juventude rural, que deu origem ao curso de capacitação para os jovens rurais.

Inclusão Digital para a Juventude Rural

Em parceria com o Ministério das Comunicações, a SNJ lançou, em 2011, o Edital de **Inclusão Digital para a Juventude Rural**, propondo a parceria com Universidades Federais para projetos de extensão. O edital prevê três grandes eixos: Educação no Campo, Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar e Comunicação Digital nas Áreas Rurais. Foram contempladas 40 experiências, divididas nas cinco Regiões do país (Norte 6; Nordeste 16; Sudeste 5; Sul 9 e Centro Oeste 4).

Grupo de Trabalho de Juventude Rural/SNJ

O Grupo de Trabalho de Juventude Rural foi criado em 2011 no âmbito da SNJ, com a participação de representantes dos Ministérios, dos movimentos sociais e pesquisadores para pensar caminhos para responder as demandas até então apresentadas.

I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas



Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas



Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas

Como primeira ação, o GTJR/SNJ propôs o **I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas**. O seminário foi realizado em maio de 2012, com 200 participantes.

Estiveram presentes mais de 40 organizações/movimentos sociais, representantes do governo federal e governos estaduais, pesquisadores e professores de programas de licenciatura do campo e de licenciatura indígena, e mais de 140 jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas e indígenas de todas as Regiões do Brasil.

Organizadas em eixos temáticos e considerando caminhos para a participação social, os e as jovens rurais reunidos, em diálogo com representantes do governo federal e colaboradores especialistas, realizaram: a) uma avaliação das políticas públicas atuais para a juventude rural, seus limites e desafios;

b) formularam propostas para a melhoria ou criação de políticas públicas;

c) propostas para a participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural. A partir dessas elaborações, temos uma valiosa colaboração para a formulação de uma Política Nacional para a Juventude Rural.

GTI de Políticas Públicas para a Juventude Rural

O **GTI de Políticas Públicas para a Juventude Rural** com coordenação da SNJ, e participação dos Ministérios: MDA, Minc, MMA, MiniCom, MEC, M dos Esportes e MTE, realiza reuniões interministeriais para construção de PPJ Rural.

Os trabalhos avançaram no sentido de traçar diretrizes para a Política Nacional para a Juventude Rural com ações integradas, atendendo às seguintes diretrizes:

- Possibilitar a construção de **autonomia e emancipação da juventude rural**, garantindo como uma das opções de vida, o direito à permanência no campo, com qualidade de vida;
- Promover possibilidades de **emancipação das jovens mulheres** como um marco necessário para que se avance nas relações equitativas e democráticas no campo, através de práticas que desconstruam a disparidade de gênero no meio rural, que ainda reproduz relações patriarcais e machistas, mantendo a mulher numa posição social subordinada ao homem;
- Aprofundar a **cidadania e a democracia**, favorecendo a participação social da juventude rural nos espaços de organização produtiva, de representação

política e de formulação de políticas públicas, tanto nas suas definições quanto na sua gestão;

- Fortalecer políticas de **sucessão rural**, priorizando o apoio institucional aos jovens agricultores familiares e aos povos e comunidades tradicionais, contribuindo para a possibilidade de opção de permanência do e da jovem, com qualidade de vida garantida pelo acesso a serviços e equipamentos públicos;
- Fortalecer políticas públicas de **geração de renda e acesso à educação, cultura, ao desporto, à habitação, ao lazer, à saúde, inclusão digital e ao transporte público** para estes jovens vulneráveis ao trabalho análogo ao trabalho escravo ou ao adoecimento causado pelo excesso de trabalho, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e a possível redução dos fluxos de migração;
- Promover aos jovens o **acesso à terra** e contribuir para o cumprimento da **função social da propriedade**, promovendo o aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e observância das disposições que regulam as relações de trabalho digno.

Do Público prioritário

- Jovens da agricultura familiar camponesa dos assentamentos rurais e de pequenas propriedades familiares;
- Jovens trabalhadores sazonais;
- Jovens quilombolas e de comunidades tradicionais rurais;
- Jovens mulheres.

Dos eixos e objetivos

- **Eixo 1 : Acesso à terra e serviços essenciais para a produção rural sustentável**
Propiciar aos jovens rurais condições para a sucessão rural com acesso à terra e à reforma agrária, envolvendo um conjunto de políticas públicas para viabilizar a produção e renda no meio rural, potencializando o desenvolvimento rural sustentável.
- **Eixo 2: Educação do Campo**

Apoiar a efetivação da educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino (infantil, fundamental, médio, técnico e superior), garantindo acesso e permanência na escola, superando o analfabetismo e promovendo a educação continuada.

- **Eixo 3: Geração de Renda e Trabalho Digno**

Criar políticas públicas de fomento específica para a juventude da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo iniciativas de geração de renda para os e as jovens rurais, promovendo o associativismo, o cooperativismo e as formas de economia solidária.

- **Eixo 4: Esporte, Cultura e Lazer**

Promover o acesso a políticas e programas que contribuam para a interiorização e universalização do desenvolvimento cultural, esportivo e do lazer, valorizando e fortalecendo as práticas culturais e esportivas locais.

- **Eixo 5 : Habitação e Saúde**

Contribuir para a universalização da infraestrutura no campo, com acesso ao SUS e moradia digna.

- **Eixo Transversal : Cidadania, Participação Social, Equidade**

Garantir o direito à cidadania da juventude rural, fortalecendo a participação social e o controle social das políticas públicas, nos conselhos de juventude e de desenvolvimento territorial. Promover a equidade de gênero e raça/etnia. Promover ações intergeracionais e aprofundar o conhecimento sobre a juventude rural brasileira, além de avançar no enfrentamento ao preconceito social e cultural vivenciado pela juventude rural e ampliar o acesso a tecnologias da informação e comunicação.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Desde 2011 a SNJ vem integrando a Comissão que propôs o Decreto de Criação da Comissão Nacional de Agroecologia. Atuou na construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo, com participação no GT de Gênero e Geração, assegurando a integração e ampliação de ações para a juventude rural que fortaleçam o projeto da agroecologia e da produção orgânica com a participação dos e

das jovens. Isso possibilitou a inserção do Programa de Formação Cidadã e Agroecológica com Geração de Renda, como uma ação do Plano, que deverá ser ampliada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Programa de Formação agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para a Juventude Rural (SNJ)



Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para Geração da Renda – UNB/SNJ



Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para a Geração da Renda – UNB/SNJ

Em parceria com a UNB e a UNILAB, a SNJ construiu o curso de **Formação agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para a Juventude Rural (SNJ)**. A iniciativa piloto irá formar cerca de 600 jovens e elaborar, de forma participativa, projetos produtivos. O objetivo é desenvolver ações para a juventude rural voltadas para a geração de renda, associando formação cidadã a partir dos preceitos agroecológicos e sustentáveis, e estimulando o intercâmbio de experiências (boas práticas) e o acesso a tecnologias sociais para a permanência dos e das jovens o campo e a floresta.

Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária – SENAES/SNJ

Em parceria com a SENAES/MTE , a SNJ apoia dois projetos do **Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária**, formados majoritariamente por jovens, atendendo cerca de mil jovens.

Estação Juventude no Campo

No edital lançado em 2012 foram destinadas 5 (cinco) Estações Móveis para atender estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, por meio de projetos voltados para a juventude rural em territórios da cidadania. Foram contemplados os estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Jovens Mulheres



A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ/SG-PR) tem atuado para garantir maior transversalidade do tema da juventude nas políticas públicas setoriais. Nesse sentido, uma das metas desta gestão é ampliar a perspectiva de gênero em suas políticas e também levar a perspectiva de juventude para as políticas de mulheres.

Outra meta da Secretaria é a criação de mecanismos para ampliação e fortalecimento da participação social e política de jovens, em diferentes espaços de atuação. A criação de canais de interlocução com a sociedade civil motivou a criação de grupos de trabalhos temáticos entre as organizações e as instituições parceiras da SNJ.

Principais ações realizadas

Em 2011 foi constituído, pela SNJ, em parceria com a ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e Ministério da Educação (MEC), um grupo de trabalho com jovens mulheres líderes em diferentes organizações da sociedade civil para discutir os principais temas relacionados à vida das jovens mulheres no Brasil e traçar diretrizes para a elaboração de políticas públicas para o segmento.

Como desdobramento do trabalho deste GT, foi realizado, em 2013, o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. O Grupo contou com cerca de 120 mulheres jovens, sendo 60 gestoras de organismos municipais e/ou estaduais de mulheres e/ou juventude, e 60 mulheres da sociedade civil.

Foram debatidas temáticas relacionadas à Política de Juventude e ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). O debate possibilitou vários diagnósticos e proposições, abrindo novas frentes de diálogo, entre órgãos do governo, entre governo e a sociedade, e entre organizações da sociedade civil. O seminário também resultou no fortalecimento de redes de articulação e na promoção de maior integração

das lideranças, especialmente das questões comuns em torno das políticas públicas para jovens mulheres.

As reflexões produzidas neste seminário estão em fase de sistematização para compor uma publicação, contendo também artigos de convidadas, com o apoio da ONU Mulheres.

Além do seminário se constituir em um espaço de capacitação e qualificação, foi feita uma alteração no texto do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e anunciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para jovens líderes mulheres.

Sob a denominação de **“Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil”**, a parceria entre os organismos internacionais e a SNJ visam à formulação e execução qualificada de políticas públicas para a juventude brasileira, aprimorando e ampliando as formas de participação social:

- a) capacitação em liderança de mulheres jovens, buscando sensibilizar e fornecer insumos de uma perspectiva de gênero e juventude e sua interseção com os líderes adultos estabelecidos;
- b) incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas de juventude;
- c) sensibilização para questões de igualdade de gênero para diminuir imagens estereotipadas e discriminatórias de mulheres jovens.

Outras ações desenvolvidas em 2013:

- Palestra sobre Juventude, Mulher e Trabalho no Seminário Internacional Brasil-EUA sobre o Empoderamento de Meninas, promovido com a parceria da SDH, SPM e Embaixada dos EUA;
- Acompanhamento das atividades do Seminário Internacional “Saúde, Adolescência e Juventude: promovendo a Equidade e Construindo Habilidades para a Vida”, promovido pelo UNFPA e Ministério da Saúde. A partir dessa atividade, a SNJ passou a ser uma instituição parceira da Agenda sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos da UNFPA.
- Participação, representando a Secretaria-Geral, nos seguintes órgãos colegiados:

- Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP);
- Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM);
- Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM).

Juventude dos Povos e Comunidades Tradicionais e Juventude Indígena



Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas

Principais ações realizadas

O diálogo com a juventude indígena foi iniciado em 2012 com a entrega da Comissão Nacional de Jovens Indígenas de sua demanda para SNJ:

- a) A participação direta da SNJ na articulação de políticas para a juventude indígena, por meio da criação de um GT de Jovens Indígenas, com a participação do governo e de jovens indígenas. Essa demanda não pode ser atendida em 2012 e foi acordada para 2013;
- b) Apoio da SNJ para o Encontro Nacional de Jovens Indígenas em novembro de 2012.

Desde então foi feito o acompanhamento em conjunto com a SNAS e proposta a criação de um GT no segundo semestre de 2013. Em julho o caráter do GT foi discutido e o mês de outubro foi definido para início de suas atividades. A primeira reunião teve como pauta:

- a. O apoio a eventos regionais para a juventude indígena;
- b. Apresentação dos órgãos de governo das atuais políticas para a juventude indígena;
- c. Encaminhamento para execução e articulação dessas ações.

Assessoria Internacional

A Secretaria Nacional de Juventude tem assento na Reunião Especializada de Juventude (REJ) do Mercosul, na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e na Reunião de Ministros e Responsáveis de Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



Esses espaços fortalecem a diretriz do governo brasileiro em relação à participação social, envolvendo o Conselho Nacional de Juventude e organizações da sociedade civil nos debates.

A fim de assistir, acompanhar, subsidiar e propor a agenda da SNJ nas atividades relacionadas à temática internacional, foi criada, em 2011, a Assessoria Internacional. Orientada pelos princípios da cooperação internacional, a Assessoria desempenha suas funções levando em conta os interesses do Brasil, promovendo-os no exterior, seja em fóruns, organismos, conferências ou organizações internacionais.

O seu papel se resume no diálogo permanente com organizações internacionais e sociedade civil da juventude sobre temas da pauta mundial.



DIRETRIZES

As funções da Assessoria Internacional de Juventude foram estabelecidas e são desempenhadas de acordo com as estratégias da política externa brasileira, resumindo-se, particularmente, nas seguintes diretrizes:

- Integração latino-americana;
- Fortalecimento do Multilateralismo;
- Consolidação das relações Sul-Sul com ênfase na África.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Contribuir com a política externa brasileira e coordená-la no âmbito da juventude;
- Utilizar o grande repertório de experiências existentes em diversos países e organismos internacionais para o aperfeiçoamento das políticas públicas de juventude no Brasil;
- Contribuir com a promoção dos direitos, desenvolvimento integral, autonomia e emancipação da juventude em âmbito regional e global;
- Promover a participação social em fóruns internacionais e na construção da política da SNJ/SG/PR.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. **Atualizar a concepção de juventude predominante nos documentos e fóruns internacionais.**

Metas:

Conferencia da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ);
Reunião Especializada de Juventude (REJ);
Fórum Global de Juventude;
Conferência de Ministro e Responsáveis de Juventude e Esportes (CMRJE);
Grupo dos G-20 sobre Juventude (Y – 20);
Fórum de Juventude da Unesco.

2. Fortalecer a integração regional

Metas:

Constituir o Observatório Latino Americano de Juventude;
Fortalecer a participação social na REJ;
Cooperação com Uruguai e mais dois países latino-americanos;
Aprovar Fundo REJ;
Juvensur;
Ano da Juventude no Mercosul.

3. Estabelecer cooperação em Políticas Públicas de Juventude

Metas:

Cooperação com Uruguai;
Cooperação com CPLP;
Cooperação com OIJ;
Cooperação com ONU Mulheres;
Cooperação com Portugal.

4. Consolidar a participação social nos fóruns e organismos internacionais

Metas:

Criar Fórum Permanente de Juventude na ONU;
Institucionalizar a participação social na REJ;
Constituir mecanismo de participação social na CMRJE;
Constituir mecanismo de participação social na OIJ.

PLANO ANUAL DE AÇÕES DA ASSESSORIA INTERNACIONAL DA SNJ

Atuação da SNJ no campo das Relações Internacionais em 2013

2013					
Mês	Local	Atividade	Diretriz	Objetivo Estratégico	Resultado
Jan					

Fev	Nova Iorque, EUA	Reunião de Coordenação do Fórum Permanente de Juventude	D2	OE3	
	San Jose, Costa Rica	SICA			
Mar	Montevideu, Uruguai	Missão de Cooperação com o Uruguai	D1	OE2	
	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião Centro-Americana de Juventude	D1	OE1	Declaração que definiu o projeto de criação de um espaço de juventude no SICA (Sistema de Integração Centro-Americano).
	Salvador, Brasil	Reunião da Comissão Organizadora Nacional da CPLP.			Foram designados os prazos para entrega de documentos de apoio à organização da IV Bienal da CPLP e da Conferência de Ministros e Responsáveis de Juventude da CPLP.
Abr					
Mai	Lisboa, Portugal	Seminário Ibero-Americano e Lusófono de Jovens Líderes "Inovação, Emprego e Empreendedorismo".		OE2	Desenvolvimento do diálogo institucional com a OIJ e fortalecimento de laços comuns para articulação de estratégias conjuntas.
	Lisboa, Portugal	Reunião do Conselho Diretor da OIJ	D1	OE1	
	Tunis, Tunísia	Fórum Social Mundial			Interlocução com organizações civis para divulgação da VI Bienal de Jovens Criadores da CPLP e ampliação da discussão sobre a criação do Fórum Permanente de Juventude na ONU.
Jun					
	Caracas,	Reunião de Altas Autoridades da	D1	OE3	Uma Declaração foi

Jul	Venezuela	América Latina e Caribe sobre Políticas Públicas para a Atenção Integral dos Jovens: inclusão e equidade desde uma visão transversal.			apresentada pelo representante da Venezuela, entretanto, o Brasil não aceitou.
Ago	Cidade da Guatemala, Guatemala	1ª Reunião Regional da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CI) da América Latina e Caribe.	D1	OE1	
	Montevideú, Uruguai	Reunião com Enviado Especial de Juventude da ONU.	D2	OE1	Consolidação de iniciativas conjuntas que impactam a realidade da juventude regional.
	Montevideú, Uruguai	Foro Regional: Agenda de Desenvolvimento e Inserção Social sobre Juventude			
	Brasília, Brasil	Reunião Devolutiva sobre o Fórum de Juventude			
Set	Cusco, Peru	Conferência Extraordinária da OIJ	D1	OE1	Declaração final que estabelece a criação de Grupo de Trabalho para analisar três cenários prospectivos de fortalecimento da OIJ: em seu cenário atual, por meio de sua internacionalização, ampliando seus membros; e, apoiando o processo de criação de um novo organismo.
	Cusco, Peru	Foro Internacional de Juventudes	D2	OE3	Estabeleceu uma abordagem estratégica e facilitou a participação dos jovens na elaboração de políticas públicas e na agenda de investimento social na região.
	Nova Iorque,	Reunião Aberta da Rede Inter-			Analisou o sistema

	EUA	agência da ONU para o desenvolvimento de jovens (IANYD) com organizações, redes e movimentos jovens.			de Action Plan e o plano de ação do sistema ONU para a juventude.
	Nova Iorque, EUA	Mesa Redonda de diálogo sobre o investimento nos jovens: “Um Plano de Ação Geral do Sistema de Juventude: um quadro de parcerias globais para o desenvolvimento da juventude”	D2	OE1	Discutiu-se com outros setores da sociedade civil, a importância de se financiar iniciativas, programas e políticas de juventude, principalmente na perspectiva do emprego.
	Buenos Aires, Argentina	IX Foro Latino Americano de Ministros de Desenvolvimento Social e Encontro Internacional “Inclusão e Gênero.	D1	OE1	Intercâmbio entre diversas práticas de juventude de países latino-americanos, Ásia e África.
Out	Brasília, Brasil	Evento Regional “Juventude Participação Política na Tomada de Decisões Públicas	D1	OE4	Firmada a declaração: “Rumo a uma participação inclusiva e abrangente da juventude na América Latina e no Caribe.”
	Paris, França	8º Fórum de Juventude da Unesco.			
	Nova Iorque, EUA	Evento Paralelo na ONU: “Fortalecendo a Participação da Juventude nos cenários para engajamento significativo na tomada de decisão.”	D2	OE4	Discutiu com países membros a necessidade de criação de mecanismo para coordenar esforços sobre juventude.
Nov	Paramaribo, Suriname	1º Congresso de Juventude da Unasul			
	Caracas, Venezuela	XI REJ			
Dez	Brasília, Brasil	Evento Regional Escola Most - Unesco	D1	OE4	
	Brasília, Brasil	Fórum Mundial de Direitos Humanos			
	Salvador, Brasil	Conferência de Ministros e Responsáveis da Juventude da CPLP	D3	OE2	

Brasil assume presidência da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)

A Secretaria Nacional de Juventude está representando o Brasil, que assumiu a presidência da OIJ em novembro de 2012, para um mandato de dois anos. A eleição aconteceu durante a XVI Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude, que aconteceu em Brasília. Para Severine Macedo, a escolha representou um reconhecimento à política nacional de juventude, que se tornou referência para diversos países, sobretudo na América Latina.

Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente

O Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 319, de 19 de setembro de 2012, e composto pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordenou, conforme a Portaria Interministerial n.º 330, de 6/11/2012.

O GT iniciou seus trabalhos no dia 21 de novembro de 2012, a partir da reunião de instalação, e encerrou suas atividades, no dia 19 de junho de 2013, com a entrega de relatório final.

Foram princípios norteadores da produção do Grupo:

a) a participação do segmento juvenil em todas as suas etapas e atividades, por meio de mecanismos participativos, democráticos e de controle social;

b) o respeito às diferentes formas de participação juvenil em seus processos de organização, produção e representação, garantindo a coerência e a legitimidade das atividades do GT; e

c) o diálogo, a cooperação e a colaboração intergeracional na condução das atividades do GT e nas políticas relacionadas às questões socioambientais.

Seus objetivos foram:

Análise de conteúdos, conceitos, práticas e resultados do contexto atual e o histórico de políticas relacionadas à juventude e meio ambiente, desenvolvidos pelo governo federal e por outros organismos de âmbito nacional e local;

Proposição de diretrizes para o estabelecimento de uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente, com a finalidade de orientar e potencializar esforços de ordem executiva e financeira em prol dos programas e atividades do governo federal relacionados à temática, bem como definir bases conceituais e metodológicas para os programas e atividades nesse âmbito; e o estabelecimento de conteúdos, formatos e planejamento da criação da Política e do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, com base nas políticas já desenvolvidas pelo governo federal.

O prazo para o cumprimento dos objetivos do GT foi de 180 dias, prorrogados por 30 dias. Nesse período, realizaram-se 17 reuniões ordinárias; uma consulta Pública ao texto do Programa Nacional de Juventude e Meio e Ambiente; e uma série de reuniões com os órgãos que seguem: Ministério da Saúde, Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho e Emprego, Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Cultura, Secretaria-Geral da Presidência da República, além de reuniões internas na Secretaria Nacional de Juventude, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. A Assessoria reuniu-se, também, com o Grupo de Trabalho Juventude e Meio Ambiente do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve.

Pós-GTI

- Criação da Assessoria de Juventude do Ministério do Meio Ambiente, vinculada ao gabinete da ministra Izabella Teixeira;
- Realização do #NósnoMeio na IV Conferência Nacional de Meio Ambiente: Roda de Conversa com presença da ministra Izabella Teixeira sobre juventude e meio ambiente e PNJMA, transmitido ao vivo pelo Participatório, no dia 4/11/2013;
- Realização de Roda de Conversa sobre PNJMA na capacitação dos formadores da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, no dia 18/11/2013;
- Elaboração de Minuta de Decreto para institucionalização do PNJMA

Programa Brasil Voluntário

- Participação como membro titular no Comitê Gestor do Programa Brasil Voluntário, do Ministério do Esporte: Indicação de conteúdos para a capacitação, participação nas reuniões das cidades-sedes, participação na renovação das linhas de ação do programa;
- Durante a Copa do Mundo, o Programa será mais abrangente, mobilizando dez vezes mais voluntários que na Copa das Confederações, com o dobro de duração (30 dias), e envolverá 12 cidades-sede ao invés de seis;

- Devemos acompanhar a execução do no período de 13 de junho a 12 de julho. Antes desse período haverá as etapas preparatórias e de formação que também serão acompanhadas presencialmente;
- Articulação inicial com o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICT para a construção do Sistema Nacional de Voluntariado Público no Brasil;
- Desafios para o Sistema Nacional de Voluntariado Público no Brasil: estabelecimento dos debates e desenho do sistema.

Grandes Eventos

- Membro titular do Subcomitê de Trabalho Decente para os Grandes Eventos, do Ministério de Trabalho e Emprego: Realização de oficinas locais para assinatura do Pacto pelo Trabalho Decente nos Grandes Eventos.

As Oficinas serão promovidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em articulação com as Superintendências Regionais de Trabalho, os Ministérios integrantes do Subcomitê de Grandes Eventos, em parceria com o Fonset e o apoio técnico da OIT.

Público-alvo: Representações do Governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal; entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil comprometidos com o tema.

Número de participantes: 120 pessoas

Poder Executivo: Federal, Estadual e Municipal - 30;

Representação de Trabalhadores - 30;

Representação de Empregadores - 30;

Organizações da Sociedade Civil – 30.

Locais e datas previstas para a realização das oficinas

Cidade	Data
Cuiabá/MT	06 de dezembro (realizada)
Porto Alegre/RS	08 de janeiro (realizada)
Fortaleza/CE	17 de janeiro (realizada)
Recife/PE	21 de janeiro (confirmado)
Rio de Janeiro/RJ	30 de janeiro (confirmado)
Salvador	05 de fevereiro (confirmado)
Belo Horizonte/MG	07 de fevereiro (confirmado)
Manaus	11 de Fevereiro (previsto)
Natal/RN	13 de fevereiro (previsto)
Brasília/DF	Fevereiro (a definir)

Grandes Eventos e Juventude Viva

- Articulação com as torcidas de futebol organizadas para inserção a Rede Juventude Viva;
- Participação no I seminário Centro-Oeste de torcidas organizadas, dias 22 e 23 de novembro, em Goiânia/GO;
- Participação no 2º Seminário Norte Nordeste de Torcidas Organizadas, dias 18, 19 e 20 de setembro, em Recife/PE;
- Atividades formativas com as torcidas organizadas para a Rede Juventude Viva por meio de pactuação com o Ministério do Esporte;
- Compromisso de considerar a especificidade das torcidas organizadas nos editais de fomento a iniciativas da sociedade civil acerca do PJV.

Comitê Interministerial da Política de Juventude

Após a aprovação da Lei Nº 11.129/2005 – que propôs a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) – percebeu-se a necessidade de integração das ações e políticas de juventude no âmbito do governo federal, cabendo à SNJ o papel de coordenador e articulador dessas políticas.

Nesse sentido, a presidenta Dilma Rousseff instituiu, em 2013, o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), que atua como facilitador do diálogo e da ação interministerial no âmbito das políticas que tratam de juventude. Sendo esse um órgão permanente de gestão, articulação e monitoramento das políticas públicas de juventude, o Comitê ficou responsável pela elaboração do Plano Nacional de Juventude e regulamentação do Estatuto da Juventude, que foi sancionado pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013.

Segundo o Decreto Nº 8.074/2013, o Coijuv está sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, que também exercerá a função da Secretaria-Executiva do colegiado. Além da SNJ, o Comitê é composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:



Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da saúde; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A partir da aprovação do Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852, de agosto 2013, também foi conferido ao Coijuv a regulamentação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuv).



Com o propósito de dar andamento à regulamentação dos benefícios do Estatuto e criação do Sinajuv o Comitê aprovou a criação de um processo de Consulta Pública, que foi realizado via Participatório.

Em relação aos benefícios previstos no Estatuto da Juventude foi acordada a instituição de um Grupo de Trabalho, composto pela Secretaria Nacional de Juventude; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Cultura e Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda em novembro, foi realizada a primeira reunião extraordinária, com foco na elaboração do Plano Nacional de Política de Juventude. Foi de comum acordo a constatação de uma indispensável atualização das diretrizes e desafios da Política Nacional da Juventude.

Para dar prosseguimento à elaboração do Plano foram feitas as seguintes deliberações:

- Elaborar o conteúdo do Plano com base nos eixos dos Direitos do Estatuto da Juventude;
- Centralizar levantamentos dos Programas de Políticas de Juventude, considerando que os jovens são o público beneficiado;
- A Secretaria de Assuntos Estratégicos apresentará levantamento para subsidiar o diagnóstico do Plano Nacional de Juventude;

- A SNJ/SG apresentará novo bloco da Pesquisa Agenda Juventude Brasil com eixo de políticas públicas para subsidiar o diagnóstico.

No dia 19 de dezembro, as minutas de Decretos sobre a meia-entrada e meia-passagem e sobre a criação do Sinajuve, todas elaboradas pelo GT da SNJ, foram apresentadas e aprovadas com unanimidade por todos os membros do Comitê. Com o consenso, as minutas foram entregues para a Casa Civil da Presidência da República em 20 de dezembro de 2013.

Consultoria

Para a execução das atividades do Coijuv conta-se com a colaboração de uma consultoria, por meio de contrato firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria Nacional de Juventude. Esta consultoria consiste em elaborar novos indicadores de meta, escala e eficácia, adequados para as Políticas Públicas de Juventude.

Comunicação

A Comunicação da SNJ registrou avanços importantes em 2013, ampliando sua presença nos meios de comunicação e consolidando suas ferramentas próprias de comunicação na internet. Em comparação com 2012, o site da SNJ triplicou seu número de acessos (209 mil), enquanto o site do Conjuve teve um crescimento de 18% (79 mil).

A SNJ também aumentou significativamente sua influência nas redes sociais. O número de seguidores (curtidas) do Facebook da SNJ aumentou 252% (9.416) e, considerando-se o crescimento obtido na última semana de dezembro de 2013 e primeira semana de janeiro de 2014 - período de veiculação da campanha publicitária do Juventude Viva no Facebook – o crescimento é de 607% (18,9 mil). Já o Facebook do Conjuve teve seu número de seguidores dobrado (10.112). No Twitter, a SNJ cresceu em 105% seu número de seguidores (4700) e o Conjuve 21% (11,1 mil).

Atendimento/Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Comunicação da SNJ atendeu diversas demandas por telefone, e-mail e durante eventos sobre temas ligados à juventude. Sob controle da assessoria foram realizadas 96 entrevistas **em 2013** (Anexo 4).

Sites Juventude

O site da **Secretaria Nacional de Juventude** teve **209.260** acessos em 2013 (**JAN a 16 DEZ**); destes, cerca de **21.895** acessos foram originados de redes sociais. Nesse período, foram publicadas **541 matérias** no site. As páginas mais acessadas do site foram “Estação Juventude”, “Editais de Juventude” e “Guia de Políticas Públicas de Juventude”. O site do **Conselho Nacional de Juventude**, com **449 matérias** publicadas, teve **79.215** acessos em 2013. Do total de acessos, cerca de **9.908** foram originados de redes sociais.

Boletim Juventude

De janeiro a 16 dezembro foram produzidas **46** edições. Com periodicidade semanal, o boletim eletrônico é enviado por mailing para governos e entidades da sociedade civil toda segunda ou terça-feira.

Redes Sociais

De janeiro para novembro de 2013, o número de seguidores do **Facebook da SG** aumentou de **1.061** para **6.800**, o que representa um acréscimo de **84,4%**. No **Twitter da SG** o número de seguidores passou de **1.500** para **5.700**, um aumento de **73,69%**. Veja, abaixo, os principais números das redes sociais utilizadas pela Secretaria-Geral:

Rede Social	Secretaria Nacional de Juventude	Conjuve
Facebook	Seguidores: 9.416	Seguidores: 9.964
Twitter	Seguidores: 4.700	Seguidores: 11.100
	Notícias publicadas: 3.150	Notícias publicadas: 4.850
Youtube	Canal Juventude: 6.500 exibições	TV Conjuve: 4.000 exibições

Outras atividades de Assessoria de Comunicação/Imprensa

- **Cobertura dos eventos realizados ou que contam com a participação da SNJ** – destaque para: Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para a Juventude Rural, Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Jovens Mulheres, lançamento do Observatório Participativo da Juventude; da pesquisa Agenda Juventude Brasil; sanção do Estatuto da Juventude; lançamento do programa Juventude Viva na Paraíba, no Distrito Federal, na cidade de São Paulo e na Bahia; 1º Encontro Nacional de Gestores de Juventude; campanha pró-PL 4471; lançamento do 2º Edital Estação Juventude; e 6ª Bienal de Jovens Criadores da CPLP e Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto e Juventude da CPLP, Escola Regional Most Unesco, entre outros.

Alguns eventos foram transmitidos on line via internet e/ou disponibilizados em chats e em interação com mídias sociais. A partir do lançamento do Participatório, em julho, os eventos da SNJ foram transmitidos ao vivo por esse canal.

- **Elaboração de conteúdos para artigos e aberturas de publicações da secretária nacional de juventude** – destaque para: artigos da Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo sobre o Dia da Mulher (8 de Março), sobre a Jornada de Lutas da Juventude (28 de março); e outros dois sobre a aprovação do Estatuto da Juventude (25 de abril e 20 de agosto, este publicado na Folha de S.Paulo).

*Ver anexos para maior detalhamento

Conselho Nacional de Juventude



Principais ações em 2013

Estatuto da Juventude

A aprovação do Estatuto da Juventude pelo Congresso Nacional, em julho de 2013, representou um marco para a garantia dos direitos dos mais de 50 milhões de jovens brasileiros e brasileiras de 15 a 29 anos. Resultado de uma intensa mobilização das organizações juvenis ao longo de quase nove anos, a lei 12.852/2013 foi apresentada em 2004, pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados.

As estruturas institucionais da política de juventude, a Secretaria e o Conselho de Juventude surgiram em 2005, portanto, atuando na discussão e formatação de um projeto de lei que representasse avanços concretos e apontasse um horizonte de mais direitos, mais democracia e participação social.

No ato de sanção do Estatuto, realizado no dia 5 de agosto no Palácio do Planalto, o Conjuve reuniu todos os membros da atual gestão (2012/2014) e seus ex-presidentes e vice-presidentes. Também estiveram presentes deputados e senadores, como o ex-presidente da Comissão Especial de Juventude, deputado Reginaldo Lopes e os relatores do projeto, deputada Manuela D'Ávila e senador Paulo Paim; representantes das Nações Unidas, ministros de Estado e, principalmente, o conjunto das organizações e movimentos juvenis que têm lutado, ao longo das últimas décadas, pela construção de um Brasil mais soberano, justo e desenvolvido.

A Lei 12.852/2013 entra em vigor em 2014 e representa uma bandeira de luta em torno da qual os movimentos nacionais devem continuar se organizando para tirar do

papel e inserir no cotidiano de todos os jovens brasileiros os direitos previstos no Estatuto.

Monitoramento de políticas públicas de juventude

Dando continuidade a uma agenda iniciada em 2012, o Conjuve, por meio da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), discutiu a elaboração de uma metodologia de acompanhamento das políticas de juventude. Atualmente em sua etapa final de elaboração. Essa matriz também servirá de referência para o trabalho de controle social dos conselhos municipais e estaduais de juventude, permitindo um olhar para o conjunto dos programas desenvolvidos pelo governo federal, além da possibilidade de se mensurar o acesso a direitos pela juventude brasileira, a partir dos indicadores já existentes e disponíveis pelos diversos órgãos do governo federal.

Juventude nas ruas, democracia em debate

Os meses de junho e julho de 2013 trouxeram novos ares à política brasileira. Intensas mobilizações em mais de 400 cidades de todo o Brasil, protagonizadas pela juventude, trouxeram à pauta nacional temas como mobilidade urbana, reforma política e democratização dos meios de comunicação, entre outros. Os questionamentos apresentados pela juventude brasileira, ao longo de grandes atos que mobilizaram milhares de pessoas, foram marcados pela diversidade de movimentos, expressões e reivindicações, tendo como foco central o descontentamento com a desigualdade social.

Esses movimentos foram analisados por muitos estudiosos, organizações e coletivos juvenis como um grito de contestação à estrutura desigual e opressora sobre a qual se desenvolve o Brasil. Mesmo com os avanços recentes no combate à extrema pobreza, a expansão do acesso ao ensino superior, a redução das taxas de desemprego, os jovens brasileiros expressaram que querem mais e em um futuro imediato.

Como resultado, cerca de 200 municípios reduziram ou mantiveram o preço das passagens do transporte coletivo. O Conselho Nacional de Juventude reconheceu a legitimidade das manifestações juvenis e afirmou que o lugar da juventude é nas ruas, lutando por melhores condições de vida, e que os governos devem coordenar as ações

necessárias para esse desenvolvimento justo, sem oprimir ou agredir a reação dos jovens.

Em 14 de junho, o Conselho Nacional de Juventude condenou⁴ as ações ilegais e violentas das polícias militares em repressão às manifestações. Membros do Conselho estiveram presentes em diversos atos, denunciando as agressões das forças policiais.

O presidente do Conjuve, Alessandro Melchior, participou de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, no dia 11 de julho, quando afirmou que as manifestações relevam a luta dos jovens pelo direito à cidade. O Conselho também fez a abertura e o encerramento da audiência dos movimentos juvenis com a presidenta Dilma Rousseff, realizada em 28 de junho (Veja mais em matéria nesta publicação).

Não à redução da maioria penal, o necessário enfrentamento aos retrocessos

No dia 17 de maio, durante sua 33ª Reunião Ordinária, o Conselho Nacional de Juventude aprovou uma nota pública, condenando as iniciativas de redução da maioria penal em tramitação no Congresso Nacional. Se adiantando a movimentos posteriores dos setores conservadores, o Conselho também condenou qualquer retrocesso no Estatuto da Criança e do Adolescente, como as propostas apresentadas no segundo semestre de 2013, de ampliação do tempo de internação para jovens em conflito com a lei.

Esse documento norteou a atuação do Conjuve ao longo do ano e apontou para uma aproximação ainda maior com o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. No dia 5 de junho, os dois Conselhos assinaram um termo de parceria, orientando os conselhos estaduais e municipais das duas áreas a atuarem em conjunto para barrar os retrocessos nos direitos já garantidos às crianças, adolescentes e jovens.

Em debate promovido pelo programa Expressão Nacional, da TV Câmara, no dia 21 de junho, o presidente do Conselho afirmou que a luta contra retrocessos no ECA é prioridade. No dia 14 de agosto, Conanda e CONjuve realizaram um grande ato na

⁴ <http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2013/06/14-06-2013-conjuve-nota-contr-a-violencia-da-pm-nas-manifestacoes-pela-reducao-da-tarifa-no-transporte-publico>

Câmara dos Deputados, reunindo mais de 500 representantes de conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente e de juventude. O ato contou com a presença da ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de deputados e senadores.

Reforma Política em debate

O Conselho Nacional de Juventude realizou, em agosto e setembro de 2013, dois debates sobre o processo de reforma política. As discussões aconteceram durante a 10ª Reunião Extraordinária e a 34ª Reunião Ordinária, realizadas em agosto e setembro, respectivamente. Em 25 de setembro, o Conselho recebeu o deputado Federal Henrique Fontana, relator do tema Reforma Política durante os anos recentes na Câmara dos Deputados. Na ocasião, o Conjuve aprovou a resolução 03/2013, “Das Ruas às Rampas”, na qual defende uma reforma do Sistema Político, reduzindo o peso do poder econômico nas eleições, fortalecendo os partidos políticos e garantindo que a composição dos espaços institucionais reflita a diversidade da sociedade brasileira. A resolução aprovada está disponível no link

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/resolucao-03-2013-das-ruas-as-rampas-a-juventude-quer-ocupar-os-espacos-de-poder>

Eu também quero falar! A necessária democratização dos meios de comunicação

Sete famílias controlam os meios de comunicação no Brasil. Esse verdadeiro oligopólio, que conta com a predominância de uma única grande rede, afeta a liberdade de expressão e impacta na garantia de outros direitos, inclusive da democracia. Essa é a conclusão do Conselho Nacional de Juventude, após seminário sobre o tema realizado pelo Conjuve nos dias 26 e 27 de setembro.

Na ocasião, organizações juvenis, especialistas, conselheiros e jovens comunicadores debateram os desafios para garantir o direito à comunicação no Brasil. O Seminário contou com um ato político de abertura, no qual o Conselho assinou um termo de compromisso com o Projeto de Lei da Mídia Democrática, iniciativa de diversas organizações e movimentos sociais. Participaram do seminário e do ato político a

coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o Coletivo Intervezes, Viração Educomunicação, Instituto de Mídia Alternativa Barão de Itararé, Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e MST.

A resolução 02/2013, que estabelece o compromisso do Conjuve com a democratização dos meios de comunicação no Brasil pode ser acessada pelo endereço <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/resolucao-n-2-2013-compromisso-do-conselho-nacional-de-juventude-com-a-democratizacao-dos-meios-de-comunicacao-no-brasil-e-o-projeto-de-lei-de-iniciativa-popular-da-midia-democratica>

A juventude quer viver!

O documento Mapa da Violência 2013: Homicídio e juventude no Brasil, lançado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), aponta que, nos últimos 30 anos, os homicídios de jovens no Brasil aumentaram em 326%. Jovens negros e pobres são as principais vítimas. A I Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, já apontou o enfrentamento ao extermínio de jovens negros como o principal desafio para a efetivação dos direitos da juventude brasileira. Em 2013, o Conselho Nacional de Juventude priorizou essa agenda a partir de diversas iniciativas.

Projeto de Lei dos Autos de Resistência

No dia 6 de agosto, um dia após a cerimônia de sanção do Estatuto da Juventude, o Conjuve realizou uma blitz na Câmara dos Deputados e esteve reunido com o presidente Henrique Alves (PMDB/RN), para solicitar a aprovação imediata do Projeto de Lei 4.471/2012, de autoria do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), que dispõe sobre o fim das figuras da “resistência seguida de morte” ou “auto de resistência”. Essas duas medidas administrativas são utilizadas para encobrir crimes praticados por policiais, majoritariamente contra jovens. O Conselho participou posteriormente de outras mobilizações e iniciativas e tem nesse projeto sua prioridade legislativa. O assunto foi tratado também na primeira edição da revista virtual do Conjuve, “Conselho em Ação”.

Audiência Pública no Senado Federal sobre o extermínio de jovens negros

No dia 10 de outubro, por iniciativa do Conselho Nacional de Juventude, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal realizou audiência pública para debater a

violência contra jovens negros no Brasil. Participaram da audiência a presidente da CDH do Senado, Senadora Ana Rita (PT/ES), a secretária de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR, Ângela Nascimento, o pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, autor da série de estudos Mapa da Violência, o rapper Gog, a ativista Débora Maria da Silva, do Movimento Mães de Maio, Lula Rocha, coordenador do Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo, a coordenadora do programa Juventude Viva, Fernanda Papa, e a vice-presidenta do Conjuve, Ângela Guimarães. A audiência contou também com a presença dos membros do Grupo de Trabalho de Juventude Negra do Conselho.

CPI sobre o Extermínio da Juventude Negra

Durante a audiência pública de 10 de outubro, o Conjuve propôs a criação de uma CPI no Senado para investigar o extermínio de jovens negros no Brasil. A Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) apresentou requerimento solicitando a instalação da CPI ao presidente do Senado, Renan Calheiros. No fim de outubro, a Senadora leu no plenário o requerimento de criação da CPI com as assinaturas necessárias. Em seguida, o Conselho encaminhou ofício às lideranças partidárias para indicação dos membros. A CPI deve ser instalada ainda no primeiro trimestre de 2014 e deverá ser presidida por Lídice da Mata. A relatoria deve ficar com o senador Paulo Paim (PT/RS), que foi relator do Estatuto da Juventude e do Estatuto da Igualdade Racial.

Atuação internacional do Conjuve

O Conselho Nacional de Juventude participou, em 29 de maio, da X Reunião Especializada de Juventude do Mercosul. O encontro, realizado em Montevideu, Uruguai, reuniu responsáveis pelas políticas de juventude dos países do Mercosul, organizações sociais e movimentos juvenis. O Conjuve defendeu como temas centrais – a serem discutidos pela REJ nas próximas edições – a democratização dos meios de comunicação, as políticas de responsabilização penal juvenil com o enfrentamento às iniciativas de redução da maioridade penal e uma nova abordagem regional sobre as políticas de drogas. O Conjuve também defendeu a institucionalização da REJ com a criação de uma secretaria-executiva permanente, com menos dependência da Presidência Pró-Tempore do Bloco.

Foro Internacional de Juventudes

No mês de setembro, a cidade de Cuzco, no Peru, recebeu o Foro Internacional de Juventudes. Promovido pela Organização Ibero-Americana de Juventude, o evento teve por objetivo dar continuidade às discussões para a elaboração de uma Agenda de Investimento e Desenvolvimento Juvenil para a Ibero-América, construída nos marcos do processo dos desafios do mundo no Pós-2015. O Conselho Nacional de Juventude participou apresentando a perspectiva brasileira para os obstáculos comuns da Região na consolidação dos direitos juvenis.

I Congresso de Juventude da Unasul

Realizado na cidade de Paramaribo, Suriname, o I Congresso de Juventude da Unasul aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro. Como primeiro processo de discussão sobre juventude no âmbito do Bloco – que reúne os países da América do Sul – o Congresso teve por objetivo a discussão dos desafios para a garantia dos direitos juvenis e a criação de uma estrutura permanente sobre juventude. O Conselho defendeu a necessidade da discussão, em médio prazo, sobre o conceito juvenil nos países da Região, a identificação das ações e iniciativas desenvolvidas por cada nação, como processo anterior à instituição de uma nova estrutura multilateral.

Seminário Juventude e Política Internacional

O Conselho Nacional de Juventude, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), realizou, nos dias 25 e 26 de novembro, em Brasília, o Seminário Juventude e Política Internacional. O evento, que aconteceu na Sede da ONU no Brasil, reuniu cerca de 40 jovens com atuação em diversos processos multilaterais, com o objetivo de discutir a criação de um programa para organizar a participação dos jovens brasileiros nas conferências internacionais. A proposta, em elaboração por grupos de trabalho constituídos no seminário, deve ser apresentada ainda no primeiro semestre de 2014.

Políticas sobre drogas, iniciando uma nova abordagem

O Conjuve realizou, em 11 de dezembro, durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), a roda de conversa Autonomia, Cidadania e Direitos Humanos para

a Juventude: a reinvenção necessária das políticas sobre drogas. Participaram pesquisadores, gestores e ativistas do tema. A atividade foi parte da estratégia do Conselho para elaborar novas diretrizes para a política de drogas no Brasil. Em 2014 estão previstos uma oficina e um seminário, de forma a continuar as discussões iniciadas durante o FMDH.

Prestação de contas – Conjuve tem sua maior execução orçamentária desde 2005

O Conselho Nacional de Juventude realizou em 2013 a maior execução orçamentária desde sua criação. Do total previsto e liberado para as atividades do Conselho, de R\$ 1.910.000,00, 93% foram executados, ou seja, R\$ 1.768.538,94. A inédita execução orçamentária do Conselho resultou também no aumento de 15,70% do orçamento para 2014, um total de R\$ 2.210.000,00⁵.

Em 2012, do orçamento liberado de R\$ 1.909.000,00, foram executados R\$ 1.549.161,00, correspondente a 81%. Em 2011, do orçamento previsto e liberado de R\$ 1.908.900,00 foram executados R\$ 861.091,31, equivalente a 45,11%⁶.

Execução orçamentária do Conjuve – Gráficos

Gráfico 1 - Orçamento Conjuve – Liberado e executado 2011/2012/2013

Gráfico 2 – Execução orçamentária do Conjuve 2011/2012/2013 – Porcentagem

2011 – 45,11% do orçamento executado

2012 – 81% do orçamento executado

2013 – 93% do orçamento executado

Gráfico 3 – Orçamento anual do Conjuve – 2011/2012/2013/2014

2008 – R\$ 1.800.000,00

2009 – R\$ 1.800.000,00

2010 – R\$ 1.908.000,00

2011 – R\$ 1.908.900,00

2012 – R\$ 1.909.000,00

⁵ http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/ploa/VolumeII_PLOA2014.pdf - Pág. 84

⁶ http://www.secretariageral.gov.br/acessoainformacao/acoeseprogramas/bloco1_1ppa_c

2013 – R\$ 1.910.000,00

2014 - R\$ 2.210.000,00

Reformulação do ensino médio, uma agenda estratégica

O Conselho Nacional de Juventude debateu em 2013 o processo de reformulação do ensino médio. O Conselho esteve por diversas vezes reunido com o presidente da Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio da Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT/MG), e com o relator Wilson Filho (PTB/PB). No dia 17 de julho, o Conselho realizou a oficina “Caminhos da educação básica – o ensino médio no Brasil”, com a presença de conselheiros, autoridades, representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), MEC, Ação Educativa, Observatório de Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e Instituto Unibanco, entre outras instituições. No dia 14 de agosto, o Conselho realizou um debate com a Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação (MEC). Em outubro, nos dias 15 e 16, o Conjuve participou do Seminário Nacional sobre Reformulação do Ensino Médio, promovido pela Câmara dos Deputados, em Brasília.

Juventude rural e educação no campo

Realizada nos dias 4 e 5 de dezembro, em Brasília, a Oficina Juventude Rural e o Direito à Educação no campo foi uma parceria do Conselho Nacional de Juventude com o Comitê de Juventude do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condruf). No evento foram debatidos concepções e desafios para a garantia do direito à educação do campo, os avanços e limites dos programas e iniciativas governamentais na área e as experiências dos movimentos sociais e organizações camponesas sobre o tema. Participaram cerca de 50 pessoas, entre representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e jovens ativistas da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Pastoral da Juventude Rural e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sistema Nacional de Juventude

O Estatuto da Juventude, sancionado em agosto de 2013 pela Presidenta Dilma Rousseff, além de estabelecer direitos aos 51 milhões de jovens brasileiros, também criou o Sistema Nacional de Juventude, cuja proposta de conteúdo contou com a participação do Conselho Nacional de Juventude.

Em novembro o Conselho realizou o seminário “Construindo o Sistema Nacional de Juventude”, com o apoio do Conselho Municipal de Juventude de São Paulo. No seminário estiveram presentes gestores e conselheiros de juventude, o ex-secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, que coordenou a criação do Sistema Nacional de Cultura; além de representantes dos gestores municipais e estaduais de juventude. No dia 19 de novembro o Conselho realizou uma oficina com membros da sua mesa diretora para debater as contribuições do seminário.

O Sinajuve ainda recebeu importantes contribuições durante o 4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, realizado de 15 a 17 de dezembro, em Brasília. Na ocasião, os participantes se dividiram em grupos para debater temas como financiamento, gestão e participação no sistema. As contribuições foram apresentadas durante a 35ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada no dia 18 de dezembro. A proposta aprovada foi encaminhada para o Comitê Interministerial de Juventude, responsável pela regulamentação do Estatuto.

4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude

Entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2013 o Conselho Nacional de Juventude organizou o 4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude. A 4ª edição do encontro, ocorrida três anos após a 3ª edição, de 2010, mobilizou cerca de 200 participantes, membros de conselhos municipais e estaduais de juventude de todo o país. O evento agregou valor às discussões que envolveram representantes governamentais e da sociedade civil sobre os desafios da institucionalização das políticas de juventude, a regulamentação do Sinajuve e a elaboração do Plano Nacional de Juventude.

Anexos

Anexo 1

Apoio a eventos da SNJ e parceiros

8 MARÇO – Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para capacitar 600 jovens rurais. O evento teve por objetivo aprofundar o diálogo com os movimentos sociais de juventude e do campo para construção de uma política específica para o segmento.

Ações Ascom: release, banner, banner para redes sociais, cobertura do evento

1º DE ABRIL – Primeira Oficina do Programa Estação Juventude. Primeiro encontro com os gestores municipais que concorreram ao edital do Programa.

Ações Ascom: release, cobertura do evento, criação da logomarca do Programa, banner virtual, divulgação nas redes

2 a 4 ABRIL – Oficina de Formação Política para Jovens Indígenas. Jovens indígenas de todo o país participaram do encontro, que debateu os direitos dos povos indígenas.

Ações Ascom: release, cobertura do evento, divulgação nas redes

5 ABRIL – Encontro com Gestores de Juventude em Brasília. Encontro com os gestores estaduais e municipais de juventude para falar sobre as ações da SNJ e programas disponíveis para estados e municípios.

Ações Ascom: release, cobertura do evento, banner impresso e banner virtual, divulgação nas redes

6 MAIO – Encontro de capacitação de articuladores do Plano Juventude Viva. Encontro reuniu jovens dos estados que aderiram ao Plano, capacitando-os para atuar como multiplicadores da iniciativa em suas localidades.

Ações Ascom: release e divulgação nas redes sociais

28 e 29 MAIO – Encontro do Jovensur e REJ. Realizado em Montevideu, o seminário reuniu jovens dos países que integram o Mercosul para discutir a agenda de juventude no Bloco.

Ações Ascom: release e divulgação nas redes sociais

7 JUNHO – Seminário Nacional de Jovens Mulheres. O evento discutiu as prioridades do segmento, visando à formulação de uma política específica.

Ações Ascom: release, logomarca do evento, banner, programação, cobertura do evento e divulgação nas redes

17 JULHO – Lançamento do Observatório Participativo da Juventude – Participatório. Por meio dessa ferramenta, os interessados poderão participar de debates e discutir políticas e programas voltados ao público jovem.

Ações Ascom: release, cobertura do evento, alimentação das redes sociais

5 AGOSTO – Evento de sanção do Estatuto da Juventude. No evento, que contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff, foi sancionado o Estatuto, aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de julho após mais de nove anos de tramitação. O texto é uma declaração de direitos da população jovem, que hoje alcança cerca de 51 milhões de brasileiros, o maior número de jovens registrado na história do Brasil.

Ações Ascom: release, banner, fundo de palco, cobertura do evento, alimentação das redes sociais

8 AGOSTO – Evento de lançamento da Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira. A pesquisa tem por objetivo conhecer os interesses e o comportamento da juventude. Aplicada entre abril e maio de 201 foram ouvidos 3,3 mil jovens, distribuídos em 187 municípios, incluindo capitais, interior, áreas urbanas e rurais, nos 27 estados brasileiros.

Ações Ascom: release, banner, cobertura do evento, alimentação das redes sociais

9 AGOSTO – Lançamento do Plano Juventude Viva na Paraíba. Plano visa reduzir a violência que atinge a juventude, em especial, os jovens negros, nos municípios com maiores índices de homicídios do segmento.

Ações Ascom: release, banner, fundo de palco, cobertura do evento, alimentação das redes sociais

28 AGOSTO – Diálogos Governo-Sociedade Civil: Programa Mais Médicos. O evento, promovido pela SG e Ministério da Saúde, reuniu cerca de 50 representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade para apresentar a situação da saúde no Brasil e o Programa Mais Médicos.

Ações Ascom: Transmissão pelo Participatório

28 AGOSTO – I Encontro Nacional de Gestores Estaduais e Municipais de Juventude. O evento reuniu gestores de todas as regiões do país, que no dia a dia planejam e executam as políticas voltadas para os jovens.

Ações Ascom: release, banner, fundo de palco, cobertura do evento, alimentação das redes sociais

4 SETEMBRO – Diálogos Governo-Sociedade Civil: Juventude Rural. O debate com jovens rurais teve o objetivo de discutir as ações que vão integrar o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, que visa atender as demandas dessa população, representada por oito milhões de jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos.

Ações Ascom: release, banner impresso e banner para internet, fundo de palco, cobertura do evento, divulgação nas redes sociais

5 SETEMBRO – Lançamento do Plano Juventude Viva no DF e Entorno. Plano visa reduzir as situações de violência que atinge os jovens, sobretudo, os negros, nos municípios com maiores índices de homicídios desse segmento.

Ações Ascom: release, banner impresso e banner para internet, fundo de palco, cobertura do evento, divulgação nas redes sociais

10 a 13 de SETEMBRO - Fórum Internacional de Juventudes e a Conferência Extraordinária de Ministros e Altos Representantes de Juventude dos países membros da Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ)

Ações Ascom: release, acompanhamento da secretária, cobertura do evento, divulgação nas redes sociais

25 OUTUBRO – Lançamento do Plano Juventude Viva em São Paulo. Para reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia e criar estratégias de prevenção à violência, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) trazem à cidade de São Paulo o Plano Juventude Viva, uma iniciativa do governo federal.

Ações Ascom: release, divulgação nas redes sociais

30 OUTUBRO – Encontro “Diálogos Governo-Sociedade Civil: Agenda de Enfrentamento à Violência nas Periferias Urbanas”. O objetivo foi dialogar com movimentos sociais, coletivos e entidades representativas dos movimentos pela pessoa desaparecida e das populações das periferias e bairros populares das grandes cidades do país, expostas a situações de violência, a partir da construção de uma agenda conjunta para enfrentar o problema.

Apoio Ascom: release, cobertura jornalística, fundo de palco, banner de sinalização, banner para site

2 DEZEMBRO – Lançamento do Plano Juventude Viva na Bahia. O objetivo do Plano é combater a violência contra a juventude, especialmente a juventude negra.

Ações Ascom: releases, fundo de palco, banner impresso e virtual, cobertura do evento, divulgação nas redes sociais

3 a 7 DEZEMBRO – VI Bienal de Jovens Criadores da CPLP. O evento, sediado pela primeira vez no Brasil, reuniu em Salvador (BA) jovens criadores de sete países que integram o Bloco.

Ações Ascom: logomarca do evento, arte para peças de divulgação (banner, cartaz) e de apoio (bloco de anotações, camiseta, etc), criação de hotsite, releases, divulgação nas redes sociais

10 a 13 DEZEMBRO – Fórum Mundial de Direitos Humanos. Promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em Brasília. A SNJ participou do evento com

discussões, debates e seminários sobre Juventude Viva, Estatuto da Juventude e Sistema Nacional de Juventude, entre outros.

Ações Ascom: release, banners para face e twitter da SNJ,

13 a 18 DEZEMBRO – Escola Regional Most Unesco Brasil. Com o tema Juventude, Participação Social e Desenvolvimento na América Latina e Caribe, o evento promoveu o debate e o intercâmbio de conhecimentos sobre as estratégias de participação e desenvolvimento social da juventude e as políticas públicas que estão sendo executadas na América Latina e Caribe.

Ações Ascom: release, criação de identidade visual e artes para peças de divulgação (crachá, caneta, banner, bloco de notas, bolsa, certificado, programação e roteiro)

Anexo 2

www.juventude.gov.br						
Mês	Acessos Únicos	Acessos Totais	Notícias publicadas	Notícia mais acessada no mês	Páginas mais acessadas no mês e número de acessos	Acessos por meio de redes sociais
Janeiro	9.590	13.416	41	07.01.2013 - Revista Carta Capital: Os jovens compõem o grupo mais desprotegido da sociedade	1. Guia de PP 1.527 2. Documentos 1.494 3. Programas 974	2.264
Fevereiro	11.359	15.306	40	31.01.2013 - Secretaria Nacional de Juventude oferece vagas para estágio em diversas áreas (1.373)	1. Guia de PP 1.339 2. Políticas Públicas 911 3. Documentos 900	3.052
Março	15.219	19.997	48	05.03.2013 - SNJ e Fiocruz lançam edital para contratação de profissionais para atuarem no Juventude Viva	1. Guia de PP 1.787 2. Políticas Públicas 1.117 3. Editais 1.101	2.620
Abril	13.699	18.260	65	17.04.2013 - Senado aprova Estatuto da Juventude	1. Guia de PP 1.859 2. Políticas Públicas 1.117 3. Editais 1.041	1.928
Maiο	10.737	14.088	69	21.05.2013 - Aberta consulta pública sobre proposta de criação do Programa Juventude e Meio Ambiente	1. Guia de PP 1.608 2. Políticas Públicas 920 3. Editais 908	1.316
Junho	12.407	15.870	51	14.06.2013 - Inscrição de projetos para o Mais Cultura nas Escolas vai até o dia 30 de junho (2.615) 12.06.2013 - Inscrições para o Pronatec Copa são prorrogadas até 28 de junho (1.281) 17.06.2013 - Nota da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre as manifestações da juventude nas capitais brasileiras (332)	1. Guia 1.954 2. Política 899 3. Sobre a SNJ 748 4. Documentos 701 5. Editais 681	1.350
Julho	15.552	20.099	43	12.06.2013 - Inscrições para o Pronatec Copa são prorrogadas até 28 de junho (1.326) 15.07.2013 - Governo federal lança Observatório Participativo da Juventude (479) 14.06.2013 - Inscrição de projetos para o Mais Cultura nas Escolas vai até o dia 30 de junho (444)	1. Guia – Participatório 3.977 2. Guia 2.081 3. Editais 929 4. Política 883 5. Documentos 840	1.589
Agosto	22.426	31.001	43	13.08.2013 - SNJ convida gestores de Juventude para encontro nacional em Brasília (1.890) 05.08.2013 - Estados e Municípios já podem aderir ao Programa Estação Juventude (1.875) 06.08.2013 - Estatuto da Juventude	1. Estação Juventude 6.539 2. Editais de Juventude 3.223 3. Guia de Políticas 2.899 4. Estatuto da Juventude	3.155

				agora é Lei. Texto foi publicado no Diário Oficial da União (1.411)	2.260 5. Publicações e Doc 1.878	
Setembro	14.199	20.306	35	06.08.2013 - Estatuto da Juventude agora é Lei. Texto foi publicado no Diário Oficial da União (609) 18.09.2013 - Conheça a íntegra do Estatuto da Juventude (592) 02.06.2013 - Inscrições abertas para VI Bienal de Jovens Criadores dos países de língua portuguesa (540)	1. Estação Juventude 7.291 2. Guia de Políticas 1.990 3. Editais de Juventude 2.576 4. Estatuto 1.900 5. Publicações e Doc 1.696	1.332
Outubro	13.764	19.567	49	07.10.2013 - Divulgado resultado preliminar dos projetos selecionados para o Estação Juventude (2.894) 21.10.2013 - Divulgado resultado final dos projetos selecionados para o Estação Juventude (1.359) 21.10.2013 - Divulgado resultado final dos projetos classificados para o Estação Juventude (619)	1. Estação Juventude 2.942 2. Guia de Políticas 2.875 3. Editais de Juventude 2.030 4. Publicações e Doc 1.344 5. Estatuto da Juventude 1.280	1.966
Novembro	10.330	14.400	26	31.10.2013 - COMUNICADO: Classificados no Estação Juventude devem fazer adequações (594) 19.11.2013 - Bahia abre inscrições para credenciamento do Programa Estação Juventude (364) 06.08.2013 - Estatuto da Juventude agora é Lei. Texto foi publicado no Diário Oficial da União (257)	1. Guia de Políticas 2.691 2. Estação Juventude 2.407 3. Publicações e Doc 1.257 4. Editais de Juventude 1.256 5. Estatuto da Juventude 1.196	760
Dezembro Até 16/12/2013	4.850	6.950	31	16.12.2013 - Publicação Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil apresenta diagnóstico da violência contra jovens (271) 03.12.2013 - Abertura da VI Bienal de Jovens Criadores da CPLP será transmitida ao vivo pelo Participatório (181) 16.12.2013 - SNJ lança versão atualizada da Pesquisa Agenda Juventude Brasil (169)	1. Estação Juventude 1.051 2. Guia de Políticas Públicas 924 3. Publicações e Doc. 530 4. Sobre a Secretaria 368 1. Editais de Juventude 472	563
Total	154.132	209.260	541	-	-	21.895

Fonte: Google Analytics

Mês	Acessos Únicos	Acessos Totais	Notícias publicadas	Notícia mais acessada no mês	Páginas mais acessadas no mês e número de acessos	Acessos por meio de redes sociais
Janeiro	3.905	5.308	42	04.01.2013 - Nota de pesar: SNJ e Conjuve lamentam morte do conselheiro Alessandro Ponce de Leon	1. Guia de Conselhos de Juventude 467 2. Documentos 455 3. Conselhos Estaduais 436	1.115
Fevereiro	3.463	4.804	35	31.01.2013 - Edital 2013 (NOVO!) - Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais	1. Documentos 424 2. Sobre o Conjuve 408 3. Conselhos Estaduais 386	692
Março	5.264	6.959	42	18.03.2013 - Artigo: "A questão da idade no Estatuto da Juventude" (Severine Macedo e Bruno Elias)	1. Estatuto da Juventude 1.134 2. Sobre o Conjuve 504 3. Documentos 493	713
Abril	7.914	10.561	60	02.04.2013 - ANPG conquista aumento de 10% no valor das bolsas de pesquisa	1. Estatuto da Juventude 2.720 2. Guia de Conselhos de Juventude 839 3. Documentos 810	1.331
Maió	6.250	8.030	54	07.05.2013 - REJU: Nota contra a redução da maioria penal	1. Estatuto da Juventude 1.187 2. Sobre o Conjuve 539 3. Guia de Conselhos de Juventude 443	906
Junho	7.403	9.103	49	26.04.2013 - Conheça o texto do Estatuto da Juventude aprovado no Senado Federal (639) 03.06.2013 - Roda de conversa debate uso de redes sociais pela juventude brasileira (590) 14.05.2013 - Conectas lista argumentos que explicam porque a redução da maioria penal é uma 'má ideia' (413)	1. Estatuto da Juventude 1.399 2. Sobre o Conjuve 523 3. Guia 446 4. Documentos 430 1. Conselhos Estaduais 406	816
Julho	6.743	8.709	38	26.04.2013 - Conheça o texto do Estatuto da Juventude aprovado no Senado Federal (881) 10.07.2013 - Deputados aprovam Estatuto da Juventude; texto vai a sanção presidencial (757) 03.07.2013 - Programa de Formação de Conselheiros Nacionais abre inscrições para cursos de atualização (308)	1. Estatuto da Juventude 2.498 2. Guia 644 3. Sobre 534 4. Conselhos Estaduais 451 5. Documentos 451	866
Agosto	6.449	8.325	28	26.04.2013 - Conheça o texto do Estatuto da Juventude aprovado no Senado Federal (691) 06.08.2013 - Estatuto da Juventude agora é Lei. Texto foi publicado no Diário Oficial da União (290) 18.03.2013 - Artigo: "A questão da idade no Estatuto da Juventude"	1. Estatuto da Juventude 2.031 2. Guia 660 3. Sobre 596 4. Documentos 481 5. Conselhos Estaduais	449

				(Severine Macedo e Bruno Elias) (237)	455	
Setembro	4.775	6.119	33	13.06.2013 - Artigo: "O Brasil e o desrespeito aos direitos indígenas. Um país rico é um país com respeito" pelo conselheiro Délio Alves (170) 23.09.2013 - Conjuve se reúne de 25 a 27 de setembro em Brasília (103) 27.08.2013 - A reforma política que UNE quer para o Brasil (100)	1. Estatuto da Juventude 962 2. Sobre o Conjuve 454 3. Apresentação 577 4. Sociedade Civil 379 5. Documentos e publicações 403	281
Outubro	6.154	4.658	32	09.10.2013 - Conheça a Revista Eletrônica 'Conselho em Ação' do Conjuve — Conselho Nacional de Juventude (256) 18.03.2013 - Artigo: "A questão da idade no Estatuto da Juventude" (Severine Macedo e Bruno Elias) — Conselho Nacional de Juventude (253) 11.10.2013 - Estão abertas as inscrições para o Encontro de Conselhos da Região Sul — Conselho Nacional de Juventude (164)	1. Estatuto da Juventude 1.114 2. Sociedade Civil - Conselheiros 497 3. Sobre o Conjuve 487 4. Guia dos Conselhos 466 5. Documentos e publicações 421	523
Novembro	5.713	4.076	21	22.11.2013 - Brasília receberá o 4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude (1.190) 18.03.2013 - Artigo: "A questão da idade no Estatuto da Juventude" (Severine Macedo e Bruno Elias) — Conselho Nacional de Juventude (283) 21.11.2013 - Espírito Santo e Ceará sediam Encontro Regional de Conselhos de Juventude Sudeste e Nordeste — Conselho Nacional de Juventude (252)	1. Estatuto da Juventude 971 2. Sobre o Conjuve 423 3. Guia dos Conselhos 391 4. Sociedade Civil - Conselheiros 330 5. Documentos e publicações 316	668
Dezembro Até 16/12/2013	4.238	2.563	15	22.11.2013 - Brasília receberá o 4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude (1.257) 03.12.2013 - Conjuve divulga a lista dos inscritos para 4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude (911) 12.12.13 - Conheça a programação do 4º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude (403)	1. Encontro Nacional de Conselhos de Juventude 434 2. Estatuto da Juventude 416 3. Sociedade Civil 325 4. Sobre o Conjuve 289 5. Fale conosco 228	738
Total	68.271	79.215	449	-	-	9.098

Fonte: Google Analytics

Anexo 3

Dados das páginas do Facebook

Facebook 2013 – Secretaria Nacional de Juventude		
Mês	Total de curtidas O número total de pessoas que curtiram a página (usuários únicos)	Alcance orgânico O número de pessoas que visitaram a página ou visualizaram uma das publicações da sua página no feed de notícias ou na seção novidades. Estas podem ser pessoas que curtiram sua página e pessoas que não curtiram a página.
Janeiro	(+549) 3.218	171.626
Fevereiro	(+451) 3.669	143.085
Março	(+547) 4.216	237.654
Abril	(+658) 4.874	369.465
Maio	(+362) 5.236	162.919
Junho	(+522) 5.758	168.571
Julho	(+724) 6.482	191.982
Agosto	(+1.351) 7.833	392.627
Setembro	(+502) 8.335	169.986
Outubro	(+396) 8.731	187.486
Novembro	(+425) 9.156	127.610
Dezembro Até 16/12/2013	(+260) 9.416	86.733
Total	9.416	2.409.744

Facebook 2013 – Conselho Nacional de Juventude		
Mês	Total de curtidas O número total de pessoas que curtiram a página (usuários únicos)	Alcance orgânico O número de pessoas que visitaram a página ou visualizaram uma das publicações da página no feed de notícias ou na seção novidades. Estas podem ser pessoas que curtiram a página e pessoas que não curtiram a página.
Janeiro	(+141) 5.978	29.991
Fevereiro	(+275) 6.253	47.559
Março	(+671) 6.924	359.768
Abril	(+607) 7.531	355.106

Maio	(+284) 7.815	141.550
Junho	(+277) 8.092	79.107
Julho	(+450) 8.542	123.232
Agosto	(+542) 9.084	100.933
Setembro	(+243) 9.327	63.513
Outubro	(+279) 9.606	72.247
Novembro	(+241) 9.847	47.853
Dezembro Até 16/12/2013	(+117) 9.964	26.078
Total	9.964	1.446.937